

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 15/02/2022	Coluna: Economia



## GOVERNO DA BAHIA DESTINA R\$ 4,5 MILHÕES AO PROGRAMA FAZATLETA



15 Fevereiro, 2022

O Governo da Bahia vai destinar R\$ 4,5 milhões em incentivos fiscais ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia, conhecido como FazAtleta. O decreto, assinado pelo governador Rui Costa (PT), foi publicado na edição desta terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado (DOE), data que entra em vigor.

O FazAtleta foi criado em 1999. Entre os benefícios do programa, estão o pagamento de viagens, despesas dos atletas, com equipamentos esportivos e federações e a disponibilização de uma bolsa-auxílio ao atleta e ao técnico que o acompanha. A iniciativa é coordenada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), em parceria com a **Secretaria da Fazenda (Sefaz)**.

Foto: Willyam Nascimento / FBDA

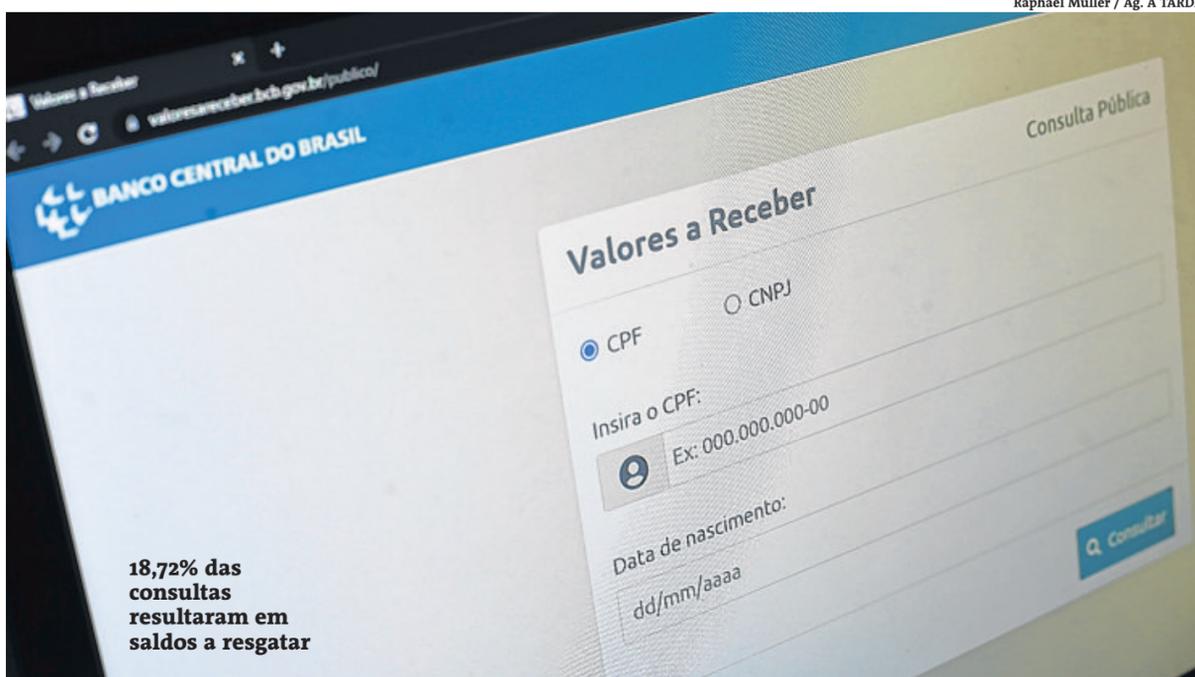
# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**DINHEIRO** Entre domingo à noite e 12h de ontem, 58.806.854 consultas foram feitas por pessoas físicas e 1.157.514 por pessoas jurídicas, anuncia o Banco Central

## Busca por valores esquecidos tem quase 60 mi de consultas

Raphael Muller / Ag. A TARDE



**18,72% das consultas resultaram em saldos a resgatar**

**WELLTON MÁXIMO**  
Agência Brasil, Brasília

Quase 60 milhões de pessoas físicas e empresas já fizeram consultas ao sistema que busca valores esquecidos em instituições financeiras, informou o Banco Central (BC). Desde a abertura do site, na noite de domingo (13), até as 12h de ontem, 59.964.368 consultas foram registradas no site.

Desse total, 58.806.854 consultas foram feitas por pessoas físicas e 1.157.514, por pessoas jurídicas. De acordo com o BC, 11.223.617 (18,72%) resultaram em saldos a resgatar, dos quais 11.001.451 se referem a pessoas físicas e 222.166 a empresas.

A consulta pode ser feita por qualquer cidadão ou

**Consulta pode ser feita por qualquer cidadão ou empresa em qualquer horário**

**O dinheiro continuará guardado pelos bancos até o correntista pedir o saque**

empresa em qualquer horário. No entanto, caso o sistema informe recursos a receber, os usuários foram divididos em três grupos, baseados na data de nascimento ou na data de fundação da empresa.

Quem nasceu antes de 1968 ou abriu a empresa antes desse ano poderá conhecer o saldo residual e pedir o resgate entre 7 e 11 de março, no mesmo site. A própria página informará o horário e a data para pedir o saque. Caso o usuário perca o horário, haverá resgate no sábado seguinte, em 12 de março, das 4h às 24h.

**Repescagens**

Para pessoas nascidas entre 1968 e 1983, ou empresas fundadas nesse período, o

prazo será de 14 a 18 de março, com resgate em 19 de março. Quem nasceu a partir de 1984, ou abriu empresa nesse ano, tem prazo de 21 a 25 de março, com resgate em 26 de março. As resscagens também ocorrerão aos sábados no mesmo horário, das 4h às 24h.

Quem perder o sábado de resgate poderá pedir o resgate a partir de 28 de março, independentemente da data de nascimento ou de criação da empresa. O Banco Central esclarece que o cidadão ou a empresa que perder os prazos não precisa se preocupar. O direito a receber os recursos é definitivo, e o dinheiro continuará guardado pelas instituições financeiras até o correntista pedir o saque.

**RENDA**

### Inflação desacelera para todas as faixas em janeiro

**ANA CRISTINA CAMPOS**  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda aponta para uma nova desaceleração inflacionária para todas as faixas de renda. As famílias de renda alta registraram a menor taxa de inflação no período (0,34%). O segmento que apresentou a maior inflação em janeiro deste ano foi o das famílias com renda muito baixa (0,63%). Os dados de janeiro foram divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Na comparação com janeiro do ano passado, houve alta da inflação para todas as faixas, sendo que o impacto foi maior para classe de renda mais baixa, cuja inflação em janeiro deste ano (0,63%) foi o triplo da apontada em janeiro de 2021 (0,21%)”, comparou a pesquisadora do Ipea Maria Andreia Lameiras, autora do indicador mensal.

**Em 12 meses**

No acumulado em 12 meses, as famílias de renda média baixa tiveram a maior alta inflacionária, uma taxa de 10,8%, um pouco superior à registrada pela faixa de renda muito baixa (10,5%) e acima da faixa de renda alta (9,6%).

**LEVANTAMENTO**

### Indústria de alimentos tem alta de 17% no faturamento em 2021

**BRUNO BOCCHINI**  
Agência Brasil, São Paulo

A indústria brasileira de alimentos fechou o ano de 2021 com faturamento de R\$ 922,6 bilhões, resultado 16,9% superior ao registrado em 2020. O montante representa 10,6% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para o ano passado. Os dados, divulgados ontem, são da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

De acordo com o levantamento, as vendas do setor

em 2021 cresceram 3,2% e a produção, 1,3%. Considerando apenas as vendas para o mercado interno, que representam 73,5% do faturamento, o aumento foi de 1,8%. Já as exportações, que representam 26,5% do faturamento, aumentaram 18,6% e atingiram o patamar recorde de US\$ 45,2 bilhões.

**Emprego e renda**

“O avanço da vacinação e o retorno do setor de serviços contribuíram de forma decisiva para a expansão da produção, com geração po-

sitiva de emprego e renda no setor. A demanda por alimentos se manteve crescente no Brasil e no mundo, o que fez com que as empresas mantivessem a produção a todo vapor, e contratando mão de obra”, destacou o presidente executivo da Abia, João Dornellas.

A indústria alimentícia brasileira aumentou também o número de trabalhadores contratados em 2021, 1,2% a mais do que em 2020, totalizando 1,72 milhão de pessoas, ou 21 mil novos postos de trabalho.

dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Claudio Considera, a economia brasileira em 2021 compôs a queda de 2020 crescendo 4,7%, graças, principalmente, ao crescimento do setor de serviços em virtude da vacinação contra a Covid-19. Todos os compo-

nentes, tanto da oferta como da demanda apresentaram crescimento.

De acordo com o economista, pelo lado da oferta os destaques foram construção, transportes, serviço de informação e outros serviços. Pelo lado da demanda, o destaque foi a formação bruta de capital fixo, com seus três elementos crescendo fortemente, destacando-se máquinas e equipamentos.



## O abuso dos altos impostos e a exclusão de milhões de brasileiros

Vivemos preocupados com inclusão social, cotas raciais, igualdade de gênero, auxílio assistencial para desempregados, nos indignando e criando movimentos em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas, contra o trabalho infantil. São causas com razões e, sem dúvida, merecem a nossa atenção e discussão sobre suas regulamentações e excessos. Já a exclusão quase invisível dos trabalhadores e empreendedores informais, quando vai passar a integrar esta agenda?

São milhões de cidadãos que informalmente desenvolvem suas atividades, às vezes sozinhos, outras liderando outras pessoas. Pais e mães que com dignidade e muito suor sustentam suas famílias. Quase sempre mal informados, encontram-se impedidas de se formalizarem e acabam por sofrer a perversidade social da exclusão.

Com isso, passam a não acreditar no governo, nas normas e nas leis. Equivocadamente, sentem-se sem moral por acharem que não fazem parte da sociedade. Sem segurança jurídica, buscam apenas correr atrás da sobrevivência.

Sem carteira assinada ou qualquer formalização, estão no mercado de trabalho diariamente, prestando serviços em nossos lares, trabalhando nas roças deste imenso Brasil, capinando, plantando, colhendo e vendendo sua banana e seu aipim nas feiras livres.

Diferentemente do trabalhador formal, que quando perde o seu emprego tem o justo direito do auxílio desemprego, o trabalhador informal quando perde o seu ganha pão torna-se mais invisível ainda.

A nossa Constituição cidadã conta com programas de ressocialização até para ex-detentos e criminosos. Já para o empreendedor que não obteve êxito no seu plano de negócio, quais são as garantias além de ser criminalizado? São situações que levam muitos empresários a escolherem a clandestinidade, que fazem com que muitos que já foram formais não consigam mais uma oportunidade para retornarem à legalidade.

Com isso, continuamos a pagar o alto custo de uma política tributária injusta e predatória, complexa e subjetiva, que transfere para os empresários e empregados formalmente estabelecidos tributos e todos os tipos de taxas e multas. Uma relação totalmente desproporcional, onde os formais acabam arcando com os efeitos desta exclusão social, pois passam a sofrer cargas tributárias muito mais elevadas para manter um estado pesado e ineficiente. Por outro lado, desestimulados e inseguros, milhões de cidadãos brasileiro vivem à parte desta distribuição.

Precisamos urgente de uma reforma tributária justa para o Brasil. E isso envolve também discutir a inclusão dos empreendedores e trabalhadores informais. O caminho já conhecemos: dar consciência cidadã participativa a esses verdadeiros guerreiros. Descomplicar para incluir. Resgatar a sua moral social para que voltem a acreditar e gerar riquezas para o nosso país.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

**MERCADO**

### Dólar fecha a R\$ 5,18, com tensão menor na Ucrânia

**WELLTON MÁXIMO**  
Agência Brasil, Brasília

A diminuição das tensões na Ucrânia e as altas taxas de juros no Brasil fizeram o dólar cair para abaixo de R\$ 5,20 e fechar no menor valor desde setembro do ano passado. A bolsa subiu e alcançou o maior nível em cinco meses.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,181, com recuo de R\$ 0,038 (-0,72%). A cotação chegou a abrir próxima da estabilidade, mas recuou com a abertura dos mercados externos. Na mínima do dia, por volta das 11h30, chegou a cair para R\$ 5,16.

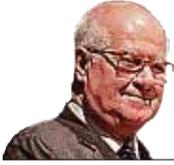
A moeda norte-americana está no menor valor desde 6 de setembro do ano pas-

sado, quando era vendida a R\$ 5,177. A divisa acumula queda de 2,36% em fevereiro e de 7,08% em 2022.

**Bolsa de Valores**

O dia também foi marcado pela euforia no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 114.828 pontos, com alta de 0,82%. O indicador fechou na máxima do dia, impulsionado por ações de bancos, que estão divulgando lucros acima do esperado. Isso compensou a queda de ações de empresas mineradoras e exportadoras de commodities (bens primários com cotação internacional).

O Ibovespa está no maior nível desde 15 de setembro. O indicador acumula alta de 1,11% na semana e de 9,55% no ano.



## ELIO GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

# DE BARREIROS@COM PARA BOLSONARO

Prezado presidente,

Meu nome é Bartolomeu Barreiros de Ataíde e o senhor nunca ouviu falar de mim. Fui paraense e em 1644 pedi à Coroa portuguesa autorização para procurar "uma grande mina" de ouro na região do Araguaia. Para dizer a verdade, eu já havia achado alguma coisa e por isso havia sido preso. Os burocratas do Conselho Ultramarino deram parecer contrário ao meu pedido. O senhor também teve interesse pelo garimpo de ouro, para aborrecimento de seus superiores do Exército.

Os espanhóis haviam achado uma montanha de prata e em Potosí chegaram a viver 100 mil pessoas, rivalizando com Londres. Sonhavam com uma Lagoa Dourada, um Rio do Ouro e com uma montanha de ouro nas nossas matas. A montanha existia, mas só foi achada no século XX. Chamou-se Serra Pelada e ficava no Araguaia. Dela restaram um buraco, histórias de aventuras e as fotografias de Sebastião Salgado.

O senhor acaba de assinar um decreto facilitando o que denominou de "mineração artesanal". Isso não existe, o que há é um disseminado garimpo ilegal, que às vezes se associa a milícias da mata e ao crime organizado em torno do tráfico de drogas.

Digo-lhe isso porque eu queria garimpar legalmente no Araguaia. Daqui vejo que a Amazônia de hoje é percebida de maneira diferente. O Brasil é confundido com inimigos do meio ambiente, dos povos indígenas e, de certa forma, com a transgressão das leis. Numa hora dessas o senhor fala em garimpo artesanal sabendo que, nos rios, esse artesanato demanda barcas, geradores e mercúrio. Artesanal era o garimpo do meu tempo.

Não vou discutir com a turma que lhe leva conselhos. Quero viajar com o senhor pelos séculos. O que aconteceria se eu tivesse chegado a Serra Pelada?

A mina dos sonhos fazia parte do Estado do Grão Pará e do Maranhão, estava fora da jurisdição do governo de Salvador e, depois, do Rio de Janeiro. Nessa época, as grandes potências da Europa (Inglaterra, França, Holanda e Espanha) estavam de olho no sonho do Eldorado. Eles construíam fortificações e nós as destruíamos. Isso, com gente que ia atrás de sonhos e produtos da mata.

Imagine o que aconteceria se eles batesses naquela montanha de onde, em poucos anos, tiraríamos 42 toneladas de ouro. Os mineiros acharam muito ouro e meteram-se numa sedição, chegando a pedir ajuda ao embaixador dos Estados Unidos na França. Nem saída para o mar eles tinham. Acredite, o Grão Pará, ou um pedaço dele, iria embora do Brasil.

No meu tempo, Portugal defendeu a Amazônia com unhas e dentes, mais tarde essa tarefa ficou com o Barão do Rio Branco, com suas luvas de pelica. Pelos séculos o Brasil manteve sua soberania na Amazônia em nome de um Estado que mantinha a região sob o império da lei e da ordem. Nunca houve por lá muita lei nem muita ordem, mas o Estado nunca se confundiu com a ilegalidade ou com a desordem.

De garimpeiro para garimpeiro: seu decreto não seria aceito pelo Conselho Ultramarino. Depois da missa de ontem, encontrei o marquês de Pombal e comentei a ideia, como se fosse minha. Ele mandou que me calasse para não ser posto a ferro. É um homem mau.

Atenciosamente,  
Bartolomeu Barreiros de Ataíde

**No meu tempo, Portugal defendeu a Amazônia com unhas e dentes, mais tarde essa tarefa ficou com o Barão do Rio Branco, com suas luvas de pelica**

## Indústria de alimentos tem crescimento em 2021

**PESQUISA** A pesquisa conjuntural da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) apontou crescimento de 3,2% e 1,3% nas vendas e na produção física da indústria de alimentos em 2021, respectivamente. Juntos, mercados interno e externo foram responsáveis pelo faturamento de R\$ 922,6 bilhões, 16,9% acima do apurado em 2020. O volume representa 10,6% do PIB estimado para o ano passado.

Outro dado que merece destaque é o número de trabalhadores ocupados, 1,2% a mais do que em 2020, totalizando 1,72 milhão de pessoas, ou 21 mil novos postos de trabalho em 2021.

Considerando apenas as vendas para o mercado interno, que representam 73,5% do faturamento, o aumento foi de 1,8%, puxado pelo setor de food service, que respondeu por 26,3% das vendas da indústria em 2021 (24,4% em 2020). Esse incremento foi motivado pelo processo de retomada, com a reabertura dos estabelecimentos, a aceleração da transformação digital e a ampliação do delivery.

As exportações, que representam 26,5% do faturamento da indústria, aumentaram 18,6% e atingiram o patamar recorde de US\$ 45,2 bilhões, impulsionado pela retomada da economia mundial combinada com a taxa de

**Outro dado que merece destaque é o número de trabalhadores ocupados, 1,2% a mais do que em 2020, totalizando 1,72 milhão de pessoas, ou 21 mil novos postos de trabalho em 2021**

câmbio favorável.

"O avanço da vacinação e o retorno do setor de serviços contribuíram de forma decisiva para a expansão da produção, com geração positiva de emprego e renda no setor. A demanda por alimentos se manteve crescente no Brasil e no mundo, o que fez com que as empresas mantivessem a produção a todo vapor, e contratando mão de obra", explica João Dornellas, presidente executivo da Abia.

Apesar de o cenário atual para a economia brasileira apontar a projeção do PIB entre 0,5% e 1%, as perspectivas para a indústria de alimentos em 2022 mantêm-se positivas: espera-se um aumento de 2% nas vendas reais, mesmo se as pressões nos custos de produção persistirem.

Segundo a Abia, entre os fatores de estímulo ao consumo neste ano estão a correção de 10,06% do salário-mínimo e o processo gradual de recuperação no emprego, inclusive o formal, que contribuem para a melhoria do poder aquisitivo da população. A expectativa é de que as vendas no mercado interno e volume de exportações sigam em ritmo de crescimento próximo ao apurado em 2021.

**CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO VELHO CHICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022**  
Objeto: Contratação de Empresas para Adquirição de Materiais de EPI, Materiais de Construção Diversos e Equipamentos para atender às necessidades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico - CDS. Início da sessão de disputa no dia 25.02.2022 às 10:00hs.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI - BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022** O Município de Araci - Ba, torna público a realização do Procedimento Licitatório para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 005/2022, menor preço por lote, tendo como objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecer gêneros alimentícios, visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. A sessão de julgamento e formulação de lances ocorrerá no dia 04 de março de 2022 às 08:30 horas por intermédio do sistema informatizado BLL COMPRAS. Esclarecimentos pelo tel: (75) 3266-2146, das 8:00 às 14:00, e/ou pelo e-mail: licitacao.araci@gmail.com. Araci-Bahia, 15 de fevereiro de 2022. Marco Cavallaro da Silveira, Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI - BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022** O Município de Jaguarari - BA, torna público a realização do Procedimento Licitatório para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº PE 006/2022, menor preço por lote, tendo como objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecer gêneros alimentícios, visando atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. A sessão de julgamento e formulação de lances ocorrerá no dia 04 de março de 2022 às 08:30 horas por intermédio do sistema informatizado BLL COMPRAS. Esclarecimentos pelo tel: (75) 3266-2146, das 8:00 às 14:00, e/ou pelo e-mail: licitacao.araci@gmail.com. Jaguarari-Bahia, 15 de fevereiro de 2022. TASSIO RODRIGUES PINHEIRO - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022** - PA Nº 013/2022. Sessão - dia 03 de março de 2022, às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa para eventual fornecimento de Material de Limpeza para atendimento das atividades dos Programas e Serviços de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, do Município de Senhor do Bonfim - BA. Local da Disputa: https://emunicipio.com.br/psmb/pregaoeletronico/index.php. Informações com a Comissão Permanente de Licitações, das 8:00 às 12:00, pelo e-mail: copel.pmsb@hotmail.com, ou pelo tel: (74) 3541-8726. Alfredo Reis Mulungu - Pregoeiro. Publique-se.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINA**  
**AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022**  
O MUNICÍPIO DE MATINA, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Matina, designada pelo Decreto Municipal nº 06 de 05 de janeiro de 2022, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados e no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto na Lei nº 8.666/93, por requerimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, vem realizar a Tomada de Preços Nº 01/2022, objetivando a contratação de empresa especializada para obras de pavimentação em paralelepípedo da Rua João Bahia, Bairro Alto da Bahia, na sede do município de Matina, Bahia, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Especial nº 202139390003, sob o regime de menor preço global. A sessão de abertura das propostas será dia 03/03/2022, às 09:00hrs na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada na Praça Sátiro Virgílio Fernandes, s/nº, Centro, CEP 46480-000, Município de Matina - BA. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para os interessados no Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal ou pelo site: www.matina.ba.gov.br. Matina - Bahia, 15 de fevereiro de 2022. VALDEMIR PAULO PEREIRA Presidente da CPL

## PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

Suma Beach Club LTDA, 27.723.989/000118 torna público que está requerendo junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA a Renovação de Licença Ambiental de Operação - RLO para restaurante, clube e similares, localizada na Rua Senhor do Bonfim, S/N - Vila de Subaúma, Entre Rios - Bahia.

Mathias Peter Jef Theerens

Sócio

## TCU aprova primeira etapa da privatização da Eletrobras

**ENERGIA** O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem a primeira etapa da privatização da Eletrobras. Por seis votos a um, o órgão manteve os parâmetros que já haviam sido indicados pelo relator do tema, ministro Aroldo Cedraz, em dezembro. As recomendações foram consideradas pelo Ministério de Minas e Energia.

Nessa fase, o TCU analisou os valores referentes ao bônus de outorga que a União irá receber pela assinatura dos novos contratos das 22 usinas hidrelétricas da estatal e os repasses a serem feitos para amortizar as tarifas dos consumidores nos próximos anos.

Em dezembro, atendendo a recomendações do relator do processo, o Conselho de Política Energética revisou os valores dos contratos adicionados e fixou o montante em R\$ 67 bilhões - sendo R\$ 25,3 bilhões a serem pagos ao Tesouro.

A segunda parte da análise sobre a desestatização, que envolverá a modelagem da operação, deve ser concluída pela área técnica do TCU entre o fim deste mês e o início de março. O relator desta etapa também será o ministro Aroldo Cedraz.

**ECONOMIA**

# Braskem e Veolia implementam projeto de biomassa

**ALAGOAS** A Braskem e a Veolia assinaram um acordo de R\$ 400 milhões de investimento para produzir energia renovável com o uso de vapor a partir de biomassa de eucalipto em Alagoas.

Segundo as empresas, o projeto vai gerar 900 mil toneladas de vapor/ano, durante 20 anos, o que significará a redução de emissões de aproximadamente 150 mil toneladas de CO2 por ano. Além disso, vai criar mais de 400 empregos diretos durante a fase de construção e aproximadamente 100 postos de trabalho na operação (pós-obra).

A expectativa é que a planta em Marechal Deodoro (AL), prevista para iniciar operações em 2023, gere um impacto socioambiental positivo para a região e para o país e esteja em linha com a estratégia global de desenvolvimento sustentável e com o propósito de transformação sustentável das companhias. A Braskem é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e a maior produtora de polipropileno nos EUA, e a Veolia é empresa referência mundial em soluções de gestão



Planta da Braskem em Marechal Deodoro (AL) irá gerar um impacto socioambiental positivo para a região

de energia, água e resíduos para cidades e indústrias.

“A Veolia tem o compromisso de aumentar a implementação de soluções sustentáveis existentes e criar as soluções do futuro com nossos clientes. A parceria com a Braskem é a prova disso: duas companhias que se unem para liderar com

ações as transformações que o mundo e o país necessitam”, destaca o CEO da Veolia Brasil, Pedro Prádanos.

A nova planta de produção de vapor, que promoverá um avanço expressivo da matriz energética para fontes sustentáveis na operação da Braskem em Alagoas, é um grande passo para avançar

em dois dos sete macro-objetivos de sustentabilidade da companhia, na dimensão de combate às mudanças climáticas: redução de 15% das emissões de gases de efeito estufa até 2030, e alcançar a neutralidade de carbono até 2050. “O projeto introduz uma nova forma sustentável de gerar energia

renovável dentro das operações da Braskem. Em parceria com a Veolia, iremos contribuir de forma importante com nosso plano de sustentabilidade. Teremos uma redução de um terço das emissões de gases de efeito estufa na nossa operação em Alagoas, com base nas emissões de 2020”, explica Gustavo Checucci, diretor de Energia da Braskem.

“O projeto contribuirá de modo relevante para o desenvolvimento social e regional do Estado de Alagoas. Dinamizará negócios, e criará oportunidades de emprego em nossas instalações e de nossos parceiros, contribuindo para a economia do Estado”, explica Helcio Colodete, diretor industrial de Braskem em Alagoas.

A solução visa atender à demanda de vapor necessária para a operação contínua e de alta performance da petroquímica. Para atingir esse objetivo, a Veolia será responsável pelo gerenciamento da maior parte do projeto, enquanto a Braskem realizará investimentos internos para adequar o complexo de Marechal Deodoro ao novo arranjo termoeletrico.

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3602	R\$ 5,1807
Dólar Turismo	R\$ 5,1730	R\$ 5,3300
Euro turismo	R\$ 5,8300	R\$ 6,1000

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	114.828,18	+0,82%

### POUPANÇA

16/02/2022	0,6036%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

### INFLAÇÃO

	Jan/20	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	0,54%	10,38%
INPC/IBGE	0,67%	0,67%	10,60%
IGP-M/FGV	1,82%	1,82%	16,91%

## AUDITORIA

# 274M

**De reais em pagamentos irregulares da Previdência Social por ano foram constatados por uma auditoria feita por técnicos da Controladoria-geral da União (CGU). Segundo o balanço da CGU, 12.318 pessoas recebem mensalmente valores indevidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTUPORÁ**  
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022**  
 Registro de preços para aquisição de cilindros, acessórios e recarga de oxigênio medicinal e ar comprimido para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas em edital e seus anexos. Abertura: 03/03/2022, às 08h30min. Informações: sede da Prefeitura, situada na Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85, Centro, Botuporá - Bahia, telefone: (77) 3678-2119, de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas. Edital disponível na íntegra no endereço: <http://www.procedebahia.com.br/bahia/botupora>. Diário Oficial do Município, Botuporá - BA, 15 de fevereiro de 2022. Marcos Nunes Lodiá - Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 673/2022, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022.**  
 O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO, torna público aos interessados que realizará Licitação, cujo objeto será: Contratação de empresa especializada para execução das obras relativas à SECRETARIA LITORAL SUL - ARRAIAL DA JUAZINA, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e nos demais Anexos do Edital. Tipo: Menor Preço Global. Data: 03/03/2022, às 09h00min (horário de Brasília). Informações através do e-mail: [editalsempreps@gmail.com](mailto:editalsempreps@gmail.com). Aquisição do edital através do site: <http://www.acessoinformatica.com.br/bahia/portoseguro/edital>. Porto Seguro, 15/02/2022. Jersonel Santos da Silva - Presidente da Comissão de Licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO** O Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2022-SRP, (licitacoes-e- n° 922899), cujo objeto é a Contratação de empresa para eventual fornecimento, mediante registro de preços, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de CESTA BÁSICA, destinado a distribuição às famílias carentes, através da Secretaria Municipal de Ação Social e Desporto do Município de Ipiá/Bahia. Sessão de abertura: 28/02/2022 às 10h15min. O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), bem como, no [www.doem.org.br/bahia/ipiau](http://www.doem.org.br/bahia/ipiau) e no Portal da Transparência: [www.ipiau.ba.gov.br](http://www.ipiau.ba.gov.br). Maria das Graças César Mendonça - Prefeita. Jan Gonçalves Muniz Ferreira - Pregoeiro Oficial, Decreto nº 6.107/2021. Ipiá-BA, 15 de fevereiro 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POJUCA**  
**CNPJ Nº: 13.896.237/0001-46**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022**  
 O Município de Pojuca, através de sua Pregoeira, comunica que, fará realizar no dia 03 de março de 2022 às 09:30h, na Sala da COPEL, localizada na Praça Almirante Vasconcelos, s/nº, Centro, Pojuca/BA, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 005/2022, cujo objeto é fornecimento de auxílio alimentação (ou refeição) (cartão eletrônico/magnético e voucher impresso em papel) a ser fornecida por empresa de âmbito nacional para atender as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Pojuca. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site eletrônico: (<https://www.pojuca.ba.gov.br/publicacoes>) e (<http://www.licitacoes-e.com.br>). Maiores informações no tel: (71) 3645-1147. Pojuca, 15 de fevereiro de 2022. ELISANGELA DOS SANTOS NASCIMENTO - Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 - A PREGOEIRA/PRESIDENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FERREIRA** realizará licitação em 03/03/2022 às 9h:00min, Local Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), nº 922733 PREGÃO ELETRÔNICO n° 012/2022-SRP. Objeto: Contratação de empresa para futuro e aquisição de cassalino para suprir a demanda para a manutenção das estradas vicinais deste município, para proporcionar maior conforto e segurança aos municípios da zona rural., na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, conforme especificações constantes do edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência ([www.munizferreira.ba.gov.br](http://www.munizferreira.ba.gov.br) e no [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)). Informações podem ser obtidas pelo e-mail [munizferreiralicitacao@gmail.com](mailto:munizferreiralicitacao@gmail.com) ou pelo Tel. 075 3663-2113. Muniz Ferreira, 14 de fevereiro de 2022. Carine Barbosa Sampaio - Pregoeira/Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDEIRÃO GRANDE**  
**CNPJ Nº: 13.913.355/0001-13**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 01PE/2022**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO**  
 O Município de Caldeirão Grande, estado do Bahia, torna público que realizou alteração no EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01PE/2022, objetivando aquisição de veículos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde deste Município:  
 1) ALTERAÇÃO no prazo de garantia.  
 2) Permanecem inalteradas as demais condições do edital.  
 CALDEIRÃO PEREIRA DA GUIRRÁ FILHO - PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FORMOSO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006122.** O Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, torna público que às 09h00min do dia 28/02/2022, através do endereço eletrônico: <https://municipio.com.br/mecfdpregonoeletronico/index.php>, realizará a licitação acima citada, regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiada pela Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de Empresa Jurídica e Microempreendedor Individual (MEI), para a prestação de serviços de transporte escolar, incluindo veículos e motoristas habilitados, para condução de alunos e professores da rede municipal e estadual de ensino, na sede e no interior, tipo menor preço por item. Será disponibilizado ítem exclusivos a MEI. O edital contendo as instruções encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico [www.campoformoso.ba.gov.br](http://www.campoformoso.ba.gov.br), através do link "Portal da Transparência/Licitações", [www.doem.org.br/campoformoso](http://www.doem.org.br/campoformoso) e no endereço acima mencionado. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação no horário de expediente das 08h00min às 13h30min, e ou pelo telefone (74) - 3645-1302. Campo Formoso - Ba, em 15 de fevereiro de 2022. Marcio Freitas dos Santos - Pregoeiro do Município

**SECRETARIA DA SAÚDE** **Estado da Bahia**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2022 ID-922708 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC).** Abertura: 04/03/2022, às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: ATALURENO, 125 MG, SUSPENSÃO ORAL, SACHE, ATALURENO, 1000 MG, SUSPENSÃO ORAL, SACHE, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.01. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: [fernando.pinto@saude.ba.gov.br](mailto:fernando.pinto@saude.ba.gov.br), telefone: (71) 3115-8334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 h às 17:30 h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, CEP: 41.750-202. Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.  
**SESAB**

**SECRETARIA DA SAÚDE** **Estado da Bahia**  
**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 039/2022 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.** A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 16/02/2022 a 18/02/2022, das 08h30min às 17h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - Ba, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail [crislaine.santos@saude.ba.gov.br](mailto:crislaine.santos@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: [crislaine.santos@saude.ba.gov.br](mailto:crislaine.santos@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 15 de Fevereiro de 2022. Emmanuel Santos de Oliveira - Central de Aquisições e Contratações.  
**SESAB**

**SECRETARIA DA SAÚDE** **Estado da Bahia**  
**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 040/2022 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB.** A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR (KIT PARA DETECÇÃO). Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 16/02/2022 a 21/02/2022, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail [joaoarcas.santos@saude.ba.gov.br](mailto:joaoarcas.santos@saude.ba.gov.br). O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: [joaoarcas.santos@saude.ba.gov.br](mailto:joaoarcas.santos@saude.ba.gov.br). Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 15 de fevereiro de 2022. Kelson Moura Lomanto - Central de Aquisições e Contratações da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.  
**SESAB**

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

# Raio Laser

## Dia do Fico

Até o senador Jaques Wagner (PT) ter usado suas redes sociais, ontem à noite, para desfazer as especulações de que manteria sua candidatura ao governo do Estado, a especulação sobre sua desistência em favor do nome do senador Otto Alencar (PSD) correu solta, turbinada pela informação a respeito de uma reunião entre os dois e mais o governador Rui Costa (PT), convocada pelo ex-presidente Lula com a participação do presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. A possibilidade levou o PT a um estado de choque, só rompido por várias reuniões convocadas às pressas para avaliar o cenário que o partido e seus políticos enfrentarão com a virtual desistência de Wagner de concorrer.



Otto Alencar

Em 1876, Dom Pedro II foi o 1º estadista brasileiro a visitar a Rússia. 146 anos depois, no ano em que comemoramos 200 anos da independência do Brasil, tenho a satisfação de realizar o mesmo percurso. Nosso Brasil tem vocação de amizade com todas as nações do mundo

Presidente Bolsonaro sobre sua viagem à Rússia.

## Cotado

Nos bastidores da cúpula governista é dado como certa a chapa que concorrerá ao Palácio de Ondina, tendo Rui Costa candidato ao Senado Federal e Otto Alencar candidato ao Governo. Caberia nesta articulação a ascensão de João Leão ao Governo da Bahia e ao PP a indicação do vice na chapa que disputará as eleições. O mais cotado é Roberto Muniz.



Roberto Muniz

## Avaliação

Em conversa com a Tribuna, ontem, um dos líderes do PP na Bahia afirmou que o candidato de consenso dentro do partido para ocupar o cargo de vice na chapa atende pelo nome de Roberto Muniz, ex-prefeito de Lauro de Freitas, ex-deputado, ex-secretário, ex-senador, testado e aprovado nas urnas e nos cargos executivos por onde passou. "Roberto agrada no partido e fora dele, agregando valor e completando uma chapa imbatível para vencer as eleições na Bahia" afirmou a fonte no PP. A Wagner seria confiado um papel decisivo na campanha de Lula e uma provável disputa pela presidência do Senado, na hipótese de uma vitória da chapa petista nacional.

## Animação

Enquanto petistas se exasperavam ante a possibilidade de Wagner desistir de concorrer ao governo, membros do PP e do PSD se animavam na outra ponta, os primeiros porque a decisão implicaria na renúncia de Rui Costa para concorrer ao Senado, o que permitiria a ascensão do vice-governador João Leão, e os segundos porque Otto assumiria o lugar do senador petista na disputa, alavancando suas candidaturas.

## Golpe

Numa das reuniões em que avaliaram ontem a possibilidade de desistência de Wagner, a bancada do PT na Assembleia se manifestou, de forma unânime, contra a medida. Um deputado chegou a se levantar para dizer que a medida, se fosse adotada, não passaria de um golpe violento no senador por meio de quem o PT chegou e se manteve no poder na Bahia por 16 anos.

## Reação

Fora do PP e do PSD, praticamente todos os membros de partidos aliados ficaram também em polvorosa com a notícia de que o senador do PT poderia desistir de concorrer à sucessão de Rui Costa (PT). Com a reação, foi possível perceber que o nome de Otto Alencar, que substituiria o de Wagner na corrida sucessória pelo lado do governo, está longe de ser unanimidade.

## VLT

Um ano após a paralisação dos trens do Subúrbio, o vereador Claudio Tinoco (Democratas) cobrou, ontem, durante sessão ordinária da Câmara Municipal de Salvador, uma solução do governador Rui Costa para a paralisação das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a interrupção do funcionamento do trens do Subúrbio. No dia 15 de fevereiro de 2021, o sistema de trens do Subúrbio parou de funcionar. A justificativa do governo para interrupção do serviço foi a realização de obras do VLT. No entanto, a obra está parada desde junho de 2021. Passados 12 meses, a obra se encontra abandonada, paralisada desde junho de 2021, com problemas de financiamento. E quem mais sofre é a população mais pobre da cidade de Salvador, a população do Subúrbio", protestou Tinoco.

## Multa

O ex-prefeito do município de Pedrão, José Luiz Araújo dos Santos, foi condenado pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em sessão ordinária de ontem, a devolver R\$ 90.000,00 aos cofres públicos do estado (valor a ser acrescido de juros de mora e correção monetária) e a pagar duas multas, uma sancionatória, de R\$ 5 mil, e outra, compensatória, de R\$ 45 mil (50% do dano causado ao erário) em razão de não haver prestado contas do convênio 118/2006, firmado com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

todos os artigos que lhe são submetidos. Curadoria de conteúdo não é "censura".

Os princípios que, quando ingenuamente aplicados, fazem a imprensa abrir portas aos fabricantes de dúvidas são o equilíbrio e a informação. Se existem interesses diferentes em torno de um tema, é preciso equilibrá-los para que a cobertura seja justa; se determina o ponto de vista existe, é preciso informar as pessoas disso.

Equilíbrio, no entanto, é ferramenta, não meta. Se há dúvida razoável sobre a verdade dos fatos, equilibrado talvez seja o melhor que se pode fazer. Mas contentar-se com ele, além-á-lá, é um erro. Como escreve o filósofo Lee McIntyre em seu livro "Post-Truth" ("Pós-verdade"), o meio-termo entre verdade e mentira ainda é menos que a verdade.

A informação é o fim maior, mas, para que se realize, deve ser completa. Não basta noticiar que há quem acredite que a Terra é plana, é necessário acrescentar que essas pessoas estão erradas — e explicar por quê. Limitar-se a "informar" acriticamente que uma mentira existe equivale, em termos morais e práticos, a repeti-la.

Na pandemia, setores importantes da imprensa, confrontados por falsas controvérsias que põem vidas em risco, aprenderam a reconhecer a armadilha e a escapar dela. É uma lição que não pode ser esgotar na emergência sanitária. A era da inocência precisa terminar. Ou assumir-se como a era do cinismo.

\*Carlos Orsi é jornalista e escritor.

## CNH

O Ministro das Comunicações, Fábio Faria, anunciou em seu Twitter uma nova funcionalidade da CNH digital, que permite que proprietários de veículos transfiram o automóvel assinando a autorização por meio do aplicativo, sem precisar reconhecer firma no cartório e ter de emitir o documento nas unidades do Detran. "Já sabe da novidade? Será possível vender um veículo sem ir ao cartório!", disse.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

## Tomaram doril Pesar

Um deputado oposicionista ficou impressionado com o mais completo desaparecimento da bancada baiana do PT ontem no Congresso no período em que se soube que Wagner, Otto e Rui estavam reunidos em São Paulo com o ex-presidente Lula para tratar da sucessão baiana, com a grande possibilidade de o senador petista fosse convidado a se retirar da disputa.

Carlos Andrade, presidente da Fecomércio-BA, emitiu ontem "Nota de Pesar" pelo falecimento de um de seus membros, o presidente do Sindicom Itabuna, Rolemberg Macedo dos Santos, que lutava contra um câncer. O empresário lojista tinha vasta trajetória de militância no associativismo empresarial itabunense, tendo ocupado também a presidência da CDL daquele município.

## Fim da polêmica 1

O vereador Isnard Araújo (PL) retirou o Projeto de Lei nº 411, que propõe a mudança do nome de uma das dunas da Lagoa do Abaeté para Monte Santos Deus Proverá. A decisão foi tomada durante a 2ª Sessão Ordinária de ontem após Mãe Jacira de Iansã fazer uso da Tribuna Popular e defender o local cultuado pelo povo de matriz africana. A sessão foi conduzida pelo presidente da Casa, Geraldo Júnior (MDB).



Leo Prates

## 100 mil

Em menos de um mês do início da vacinação do público infantil, mais de 100 mil crianças entre 5 e 11 anos já foram imunizadas contra a Covid-19 em Salvador, o que representa 55% de cobertura vacinal. Segundo Leo Prates, titular da SMS, as vacinas são a melhor forma de evitar mortes e sequelas graves decorrentes da Covid-19. "Portanto, a vacinação de crianças e adolescentes contra a Covid-19 é uma ferramenta fundamental para o controle da pandemia, e perceber que estamos avançando rápido na cobertura vacinal desse público nos enche de esperanças e mostra que a atuação da Prefeitura focada em cada grupo, tem surtido efeitos e os pais estão nos apoiando", destaca.

## Fim da polêmica 2

Para o vereador Sílvio Humberto (PSB), a união do povo da religião de matriz africana foi fundamental para a retirada da matéria na Casa. "A mobilização foi fundamental. O Abaeté é um espaço de todos. Salve o Ebo Coletivo!", afirmou. Ele foi um dos muitos vereadores que ontem comemoraram a decisão do vereador Isnard de retirar o projeto.

## Bate-chapa

Aliviados, petistas diziam ontem, de brincadeira, que, depois de ter vencido a pressão em altos círculos do petismo para que desistisse de concorrer ao governo da Bahia, Wagner terá agora que enfrentar um bate-chapa com a ex-vereadora Garcia Aguiar pela definição da candidatura a governo no partido, apesar de o PT estadual negar que haja registro oficial de candidatos até agora.

## PF x Moro

A Polícia Federal manifestou-se ontem sobre as críticas que Sergio Moro fez à sua atuação no combate à corrupção no país. Segundo nota divulgada pela corporação, Moro mentiu e fez "descabidos ataques" à PF durante uma entrevista à Jovem Pan na última segunda-feira. "Em entrevista na segunda-feira (14/02) à Jovem Pan, o ex-ministro Sergio Moro fez descabidos ataques à Polícia Federal. A bem da verdade, consideramos importante esclarecer: Moro mente quando diz que 'hoje não tem ninguém no Brasil sendo investigado. Vc fez efetuado mais de mil prisões, apenas por crimes de corrupção, nos últimos três anos', diz a instituição.



Sergio Moro

## Comemorou

O vereador Edvaldo Brito (PSD) aplaudiu a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 411, que estava propondo o nome de Monte Santo Deus Proverá para dunas do Abaeté, sob o argumento da proposta de que ali seguidores de religiões evangélicas realizam cultos. Brito reclamou da desconsideração de o povo negro e suas religiões de matriz africana, que há séculos frequentam o Parque do Abaeté para realizar os seus rituais: "É preciso que os valores sejam sempre respeitados, o que é garantido pelas Constituições da Bahia e do Brasil, e sempre devemos ser contra qualquer tipo de intolerância religiosa".

## Protesto

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa da Democracia Makota Valdina, da Câmara Municipal, a vereadora Marta Rodrigues (PT) comemorou, ontem a retirada do PL 411 da Casa, que mudava o nome das Dunas do Abaeté para "Monte Santo Deus Proverá",

Na tarde de ontem, a Frente Nacional Makota Valdina realizou uma mobilização na porta da Câmara de Salvador para pressionar os edis e se posicionarem contra o projeto.

## Casos

A Bahia registrou ontem 55 óbitos, 5.346 casos de Covid-19 e 7.562 recuperados. Dos 1.464.432 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.411.565 já são considerados recuperados, 24.276 encontram-se ativos e 28.591 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.743.310 casos descartados e 320.350 em investigação. Na Bahia, 60.781 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

## Imunizados

Até ontem, 11.387.787 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose, 10.211.626 com a segunda dose ou dose única e 3.196.168 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 371.996 crianças já foram imunizadas.

## CARLOS ORSI

### Mentira não é informação

Em 1969, um executivo anônimo de uma fabricante de cigarros dos Estados Unidos redigiu um memorando de nove páginas com o título "Tabagismo e Saúde: Proposta". O problema a enfrentar era as pessoas saberem que tabaco causa câncer. O memorando é histórico porque contém a quase poética frase "dúvida é nosso produto". Menos conhecida é a conclusão do raciocínio: a dúvida é o produto porque "é o modo de estabelecer uma controvérsia".

Em poucas linhas, esse soldado desconhecido da guerra corporativa articulou o princípio básico do negacionismo enquanto estratégia política: produzir dúvida com o objetivo de semear, na mente do público, a falsa noção de que existe uma controvérsia legítima a debater. Da negação do aquecimento global antropogênico ao estímulo bolsonarista à hesitação vacinal, chegando até mesmo a ideologias mais antigas, como o fundamentalismo bíblico ("ensine a controvérsia!"), tornou-se o grito de guerra dos criacionistas a partir da década de 1990), os defensores de ideias detrotadas pelos fatos e pela ciência parecem ter abraçado, em massa, a fabricação de dúvida como atividade principal. Como todo produto, a dúvida

fabricada precisa ser distribuída.

Tomates e geladeiras viajam por estradas e trilhos. Dúvidas e controvérsias, pela imprensa. Mesmo neste mundo de redes sociais e aplicativos de mensagens, os nomes e marcas reconhecidos há décadas, com reputação consolidada, chamados de "mídia de legado", ainda têm um poder excepcional para gerar atenção e prestígio. O mesmo argumento será lido e valorizado de modo diverso se aparecer no tuitte pessoal de alguém ou nas páginas (impresas ou virtuais) de um jornal respeitado ou grande revista.

A vulnerabilidade da imprensa a controvérsias artificiais é um fato histórico bem documentado. O jornal The New York Times só parou de oferecer direito de réplica à indústria do cigarro em seus textos sobre os males do tabaco no fim dos anos 1970 — 30 anos depois do consenso científico sobre a ligação entre tabagismo e câncer ter sido estabelecido, 15 anos depois de o governo americano emitir seu primeiro alerta oficial aos fumantes.

Essa permeabilidade tem causas estruturais que em geral emanam de bons princípios, aplicados de modo irrefletido ou inocente. Liberdade de expressão muitas vezes é citada, mas não é o caso. Nenhum jornal publica todas as cartas que recebe, nem



# Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA

## PARTIDOS DEBRUÇADOS NA JANELA

A menos de 15 dias da abertura da chamada "janela partidária", presidentes e líderes de legendas no Congresso intensificam convites e assédios para engordar suas respectivas bancadas. O período para que deputados federais, estaduais e distritais mudem de partido sem risco de perder o mandato terá início no dia 3 de março e se estenderá até 1º de abril. Atualmente com 43 deputados, o PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, projeta receber mais 30 parlamentares.

### Ranking

Se as previsões do partido se concretizarem, o PL será a maior bancada da Câmara a sete meses das eleições. O PSL e o PT, atualmente, têm o maior número de deputados: 55 e 53, respectivamente.

### Corpo a corpo

No PP, a articulação para atrair deputados é feita pessoalmente pelo dono do partido, ministro Ciro Nogueira. Hoje com 42 deputados, o PPSpera integrar mais 10 à bancada.

### De ombros

Paulo Guedes dá de ombros para rumores de que não será chefe da Economia em um eventual segundo mandato de Jair Bolsonaro. Já recebeu mais de uma dúzia de pomposos convites da iniciativa privada.

### Covaxin

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Malurino, terá que comparecer à Comissão de Fiscalização do Senado para prestar esclarecimentos sobre o inquérito de que inocentou presidente Jair Bolsonaro no caso da negociação para compra da vacina Covaxin.

### Divergência

No requerimento aprovado, o senador Randolfê Rodrigues (Rede-AP) sublinha que "as conclusões constantes do aludido relatório Polícia Federal divergem significativamente daquilo que foi concluído pela CPida Pandemia".

### Cai, não cai

Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, se meteu em mais uma encrenca ao chamar de vagabundo o congolês Moïse Kabamgale, assassinado no Rio. O Ministério Público pediu para a Procuradoria da República do Distrito Federal investigá-lo nas esferas civil, criminal e administrativa. Camargo também é alvo de ação para deixar o cargo.

### "Filosofia política"

Minguaram as inscrições para a Academia MBL, que oferece "formação teórica e prática sobre debates, gestão, liderança, marketing, história e filosofia política". O Movimento, que fiertou com o ex-chefe Bolsonaro, se escora agora no pré-candidato e ex-juiz Sérgio Moro.

### La Putaria 1

A creperia La Putaria

procurada pela Coluna se posicionou sobre crianças consumirem seus produtos em formatos de genitais: "Sim, tem formas de órgãos genitais, mas ainda é comida. A maioria das pessoas vê como engraçado e novo. Cabe aos pais, avós e outras pessoas com mais de 18 anos decidirem se querem trazer alguém com menos de 18 anos".

### La Putaria 2

Ainda segundo o posicionamento da empresa, eles afirmam que "o Brasil é o nosso segundo mercado, estamos situados em Portugal nunca tivemos questionamentos desse gênero por lá". Por aqui, o Ministério Público de Minas Gerais apura se a creperia afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

### Bronca

O deputado Rui Falcão (PT-SP) entrou com representação na PGR contra o ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, e o presidente Jair Bolsonaro. A bronca se deu por conta de recente pronunciamento de rádio e TV. Para o petista, se trata de clara propaganda eleitoral antecipada.

### Embaixadores do agro

O Brasil vai ganhar mais um adido agrícola, desta vez em Berlim, na Alemanha. É o que prevê o Decreto 10.963, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Com isso, o país finca a bandeira do agronegócio em 24 países.

### Poetisa

A atriz e poetisa Elisa Lucinda inicia hoje apresentações do Programa Pessoas que Transformam, uma iniciativa do Prêmio Espírito Público, com os vencedores e vencedoras de 2021. São histórias de pessoas que trabalham no serviço público brasileiro e transformam a realidade do país.

### ESPLANADEIRA

# Supermercado Mundial, no Rio, oferece desconto em espumantes e vinho branco. # Gupy anuncia aquisição da Kenoby. # Orquestra Sinfônica Brasileira recebe selo WomenonBoard. # Rio Indústria articula ida à Brasília para pleitear construção do cassino da Rota 4B, na Baixada Fluminense. # BNDES promove dia 22 Demoday que encerra 1º ciclo de aceleração da BNDES Garagem. # Programa Ecoenel concede R\$ 2 milhões em bônus nas faturas de energia dos clientes da Enel em 2021.

# "Mercado passou a ser menos receoso", diz Campos Neto sobre Lula presidente



CAMPOS NETO destacou que "não avalia os candidatos", mas que seria uma "interpretação dos preços do mercado"

### CORREIO BRAZILIENSE

O mercado financeiro está mais confiante caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) venha a deixar o cargo no Planalto no fim deste ano. Está é a avaliação do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O economista respondeu uma pergunta relacionada a

uma possível passagem de governo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em entrevista à GloboNews.

"Tem vários preços que mostram o risco da passagem de um governo para outro. E mais recentemente, quando à gente olha esses preços, eles atenuaram, caíram um pouco. Significa que o mercado passou a ser menos receoso da passagem de um governo para outro", afirmou.

Ainda sobre o tema, Campos Neto destacou que "não avalia os candidatos", mas que seria uma "interpretação dos preços do mercado". De acordo com o presidente da autarquia, um governo que represente extremos agora mostra tendência de ir para o centro.

Mais cedo, Lula escreveu no Twitter que não vê problema em ter o ex-tucano Geraldo Alckmin como

vice. "Falta eu me definir como candidato e Alckmin escolher partido. Se o Alckmin como meu vice me ajudar a governar, não vejo nenhum problema dele ser meu vice. As divergências serão colocadas de lado, porque o desafio, mais que ganhar, é consentar o Brasil", escreveu na rede social. O movimento é lido por especialistas como sendo uma tentativa de desradicalizar o discurso de Lula.

## Antes de agenda com Putin, Bolsonaro visita o Kremlin

AGÊNCIA O GLOBO

Com o termômetro marcando zero grau na noite desta terça-feira em Moscou, Jair Bolsonaro fez um passeio de uma hora e meia no complexo do Kremlin, que abriga a sede do governo, museus e edifícios históricos. O presidente brasileiro fez uma visita guiada a convite do governo russo e com uma intérprete, mas não estava acompanhado de nenhuma autoridade russa. Nesta quarta-feira, Bolsonaro retorna ao local para uma agenda bilateral com o presidente Vladimir Putin.

O titular do Palácio do Planalto estava acompanhado de ministros e do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho responsável pela sua estratégia digital.

Uma hora e meia após chegar ao hotel, Bolsonaro, sem falar com a imprensa, deixou o local em uma van. Ao retornar, também evitou os repórteres que acompanhavam a visita.

Após o passeio, os ministros Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, e Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria-Geral da Presidência, saíram para jantar, mas o presidente se recolheu ao seu quarto. Bolsonaro está hospedado no hotel Four Seasons, nas imediações da Praça Vermelha.

Nesta quarta-feira, Bolsonaro se encontrará por duas horas com o presidente russo Vladimir Putin.

Para o encontro, o brasileiro terá que apresentar cinco testes negativos para a Covid-19, uma exigência do Kremlin que tenta criar uma barreira sanitária no entorno de Putin em meio à escalada dos casos da doença provocada pela variante Omicron.

O encontro de Bolsonaro com Putin inclui uma reunião bilateral e um almoço. Está previsto que eles façam uma declaração conjunta à imprensa. Além de tratar da cibersegurança e defesa, os presidentes também devem conversar sobre ciência e tecnologia, energia e agronegócio.

Um dos pontos principais para o governo brasileiro é buscar um compromisso para que a Rússia siga exportando insumos para a produção de fertilizantes. O Brasil também tem interesse em exportar mais produtos acabados para os russos, que tentarão vender mais insumos e defensivos. O ponto alto será a confirmação da compra da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFNS) da Petrosbras, que fica em Três Lagoas (MS), pelo grupo russo Acron.

Antes da reunião com Putin, Bolsonaro iniciará o seu único dia de agenda oficial em Moscou com uma visita ao Túmulo do Soldado Desconhecido. Já depois de deixar o Kremlin, Bolsonaro se encontrará com o líder da Câmara Baixa do Parlamento russo, a Duma. Depois participará de um encontro de empresários dos dois países.

## Governo autoriza pagamento recorde de emendas

ESTADÃO CONTEÚDO

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou gastos de até R\$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro. Decreto publicado na última sexta-feira estabelece que quase metade desses recursos saíram do orçamento secreto. O volume de despesas indicadas por deputados e senadores e que receberam o aval do presidente para gasto até setembro é o maior na gestão Bolsonaro, permitindo irrigar reduções dos políticos antes das disputas eleitorais.

Em 2020, foram pagos R\$ 19,6 bilhões antes das eleições municipais, na soma de todas as emendas de parlamentares ao orçamento da União. No ano passado, foram R\$ 15,3 bilhões até setembro. Neste ano em que políticos voltam a pedir votos para se reeleger ou ocupar um novo cargo político, o governo terá de lidar com uma pressão política e com uma conta que ainda "não fecha", na avaliação de técnicos. O Orçamento de 2022 prevê um total de R\$ 33,8 bilhões em emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para turbinar obras de interesse eleitoral, mas há uma fatura de R\$ 36 bilhões em recursos aprovados em anos anteriores que ainda não foram pagos e disputarão o mesmo espaço.

O decreto que autorizou os gastos de R\$ 25 bilhões até setembro impõe um limite para a execução das verbas oriundas das chamadas

emendas de relator, instrumento que vinha sendo usado pelo Congresso para esconder os verdadeiros responsáveis pela indicação dos gastos, como revelou o Estadão ao noticiar o orçamento secreto. Segundo o texto, até março deste ano poderão ser gastos R\$ 2,7 bilhões do orçamento secreto. Até setembro esse montante pode chegar a R\$ 11,9 bilhões. Os R\$ 13,1 bilhões restantes que poderão ser liberados até setembro virão de recursos das chamadas emendas impositivas, aquelas indicadas individualmente por deputados e senadores e pelas bancadas estaduais do Congresso, e das emendas aprovadas pelas comissões do Legislativo, que ficaram com menos recursos.

Com a autorização via decreto, o governo passa a ser objeto de pressão para que os recursos sejam efetivamente gastos. De um lado, os aliados cobram a liberação do maior parte dos recursos antes do pleito de outubro, para usarem como bandeira política nas eleições. De outro, o Ministério da Economia passou a indicar a necessidade de segurar os gastos diante da incerteza sobre a arrecadação de impostos, em um ano de baixo crescimento econômico, e da necessidade de garantir o pagamento das despesas obrigatórias, que incluem salários e aposentadorias. No fim das contas, a escolha dos limites para abrir o cofre e pagar os valores que Bolsonaro autorizar gastar dependerá de aval da Casa Civil.

# Novo presidente do Progressistas é vice-líder de Bolsonaro e apoia o PT na Bahia

AGÊNCIAESTADO

O Progressistas, um dos principais partidos do Centrão, definiu ontem que o deputado Cláudio Cajado (BA) exercerá a presidência interina da legenda. Cajado substituiu o deputado André Fufuca (MA), que também comandava internamente a sigla desde julho e foi escolhido líder da bancada na Câmara neste mês. O presidente titular do partido é o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, que está licenciado por conta do

cargo na Esplanada dos Ministérios.

Cajado é deputado federal desde 1995 e antes de fazer parte do Progressistas era filiado ao DEM. O parlamentar é um dos vice-líderes do governo no Congresso. Nas redes sociais, o deputado faz questão de elogiar o presidente. Jair Bolsonaro (PL) e relembrar fotos de quando o chefe do Poder Executivo era seu colega de Câmara. Apesar disso, na Bahia, o político faz parte da base do governador petista Rui Costa. O novo dirigente partidário cos-



CLÁUDIO CAJADO substituiu o deputado André Fufuca (MA), que também comandava internamente

tuma acompanhar Costa e o senador Jacques Wagner (PT-BA), pré-candidato a governador, em eventos de inauguração de obras. Na Bahia, o ministro da Cidadania, João Roma, do Republicanos, é hoje o pré-candidato apoiado por Bolsonaro.

Comportamento de Cajado não é isolado no Progressistas. Apesar de ser um dos principais partidos da base de Bolsonaro, no Nordeste a legenda mantém alianças com o PT e outros partidos de esquerda. Outro exemplo é Fufuca, presiden-

te anterior do partido, que se diz parte da base do governador Flávio Dino (PSB-MA) em nível local e apoiador de Bolsonaro em nível nacional.

Na Bahia, alguns integrantes do partido vão além e admitem apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). É o caso de João Leão, que controla o diretório baiano do Progressistas e vice de Rui Costa. Em Pernambuco também há trações e o deputado Eduardo da Fonte (Progressistas-PE) tenta disputar o Senado com apoio de Lula.

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia
Data: 15/02/2022	



## Governo edita nova MP para autorizar venda direta de etanol para postos



Na visão do governo, a venda direta é importante para remover elos da cadeia, reduzindo os custos e gerando potencial de baixar os preços ao consumidor final.

Publicado em 15/02/2022, às 13h59    Pixabay    Fábio Pupo/folhapress

O governo editou uma nova MP (Medida Provisória) para autorizar a venda direta de etanol de produtores para postos de gasolina. O Executivo já tinha tomado a iniciativa por meio de MP, mas a proposta foi modificada pelo Congresso e acabou sendo alvo de vetos do [presidente Jair Bolsonaro \(PL\)](#).

A MP 1.063/2021 (de agosto do ano passado) previa a venda direta dos produtores para os postos, mas os parlamentares alteraram um trecho para estender a medida às cooperativas –que já tinham direito à redução de PIS/Cofins em suas operações. O Congresso aprovou o texto em dezembro.

O [Ministério da Economia](#) pediu que o presidente vetasse o trecho alterado, dizendo que seria criada nas vendas de etanol uma renúncia para as cooperativas sem previsão orçamentária -o que violaria a [Lei de Responsabilidade Fiscal](#). Além disso, a pasta interpretou que o texto geraria uma distorção concorrencial em favor das cooperativas.

"A proposição legislativa contraria o interesse público e incorre em vício de inconstitucionalidade, por criar uma renúncia fiscal sem a devida previsão orçamentária e por distorcer a concorrência setorial", afirmou a Economia. O presidente sancionou o texto com os vetos em janeiro, criando a lei 14.292/2022.

Com os vetos, os principais artigos da lei ficaram de fora. O Palácio do Planalto informou na ocasião, no entanto, que a comercialização direta ainda era possível desde outubro do ano passado, por causa de uma resolução da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Mesmo assim, o setor reclamava que faltava segurança jurídica ao tema.

A MP publicada nesta terça-feira (15) no Diário Oficial da União volta a prever a venda direta e estende a medida às cooperativas. Desta vez, no entanto, estabelece alíquotas a serem cobradas delas nas operações.

"O conjunto de medidas implementadas não traz impacto fiscal, pois não enseja renúncia tributária na cadeia de produção e de comercialização de etanol", afirma o governo em texto sobre a MP publicada nesta terça.

De acordo com o texto, o agente produtor, a empresa comercializadora e o importador de etanol hidratado combustível ficam autorizados a comercializá-lo com o agente distribuidor, o revendedor varejista de combustíveis, o transportador e o mercado externo. Já a cooperativa fica equiparada a agente produtor, embora tenha regras quanto à tributação.

A medida desta terça também revoga a MP 1.069/2021, publicada em setembro para acelerar os efeitos da medida anterior como forma de beneficiar os produtores em meio à safra -que vai de abril a dezembro.

Na visão do governo, a venda direta é importante para remover elos da cadeia, reduzindo os custos e gerando potencial de baixar os preços ao consumidor final.

Atualmente, diz o governo, existem no país mais de 350 unidades de produção de açúcar e etanol –muitas, próximas a centros urbanos. A medida evita que o etanol de uma usina tenha que ser deslocado para uma base de distribuição para, em seguida, regressar a um posto próximo ao centro produtor.

Leia mais:

Apesar das três MPs sobre o tema, no entanto, a venda direta de etanol das usinas para os postos teve participação quase nula no mercado até agora.

Para as distribuidoras de combustíveis, a pouca adesão reforça a tese de que a medida não terá grande impacto no mercado. Os produtores de etanol reclamam que o modelo tem insegurança jurídica e, por isso, as vendas ainda não deslançaram.

Segundo levantamento feito pelo consultor Dietmar Schupp com base em dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), essa modalidade representou 0,14% das vendas de etanol em novembro e 0,21% em dezembro.

O preço dos combustíveis é uma preocupação de Bolsonaro e da base aliada, que teme o impacto do tema nas eleições e têm buscado diferentes iniciativas para endereçar o tema.

O governo e a cúpula do Congresso vão apresentar uma consulta formal ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para esclarecer se é possível reduzir o preço do combustível sem ferir a lei eleitoral.

Nas duas Casas no Congresso, a redução no preço dos combustíveis é a principal pauta do momento.

Na Câmara, foi protocolada pelo deputado governista Christino Áureo (PP-RJ) uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com aval do Planalto.

Já no Senado, surgiu uma outra, apelidada de "PEC Kamikaze" pela equipe econômica. Ela contou com o apoio de ministros do governo e do senador e filho do presidente, [Flávio Bolsonaro](#) (PL-RJ).

Recentemente, o presidente da Câmara, [Arthur Lira](#) (PP-AL), passou a defender a aprovação do projeto que congela a cobrança de [ICMS \(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços\)](#) sobre combustíveis antes de o Congresso avançar na discussão da PEC que mexe nos tributos federais.

# Projetos no Senado para reduzir o preço dos produtos 'blindam' arrecadação de Estados

16 DE FEVEREIRO DE 2022

Foto: Paulo Sérgio/Arquivo/Agência Câmara

O Senado deve hoje ampliar um pacote de redução de preços dos negócios no País, com medidas para evitar a proposta de arrecadação nos Estados e a concessão de concessões de concessões pelo governo federal. A Casa não incluiu a proposta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro para reduzir os impostos cobrados sobre o diesel.

Um dos projetos pautados altera a cobrança do ICMS, tributo arrecadado pelos Estados. O relatório do senador Jean Paul Prates (PT-RN) garante autonomia para cada governador definir a alíquota do tributo, cegando os Estados de arrecadação. O parecer ainda projetado para o programa do vale-gás 2022, o que aumentará em 202 bilhões, atualmente, de R\$ 1,9 bilhão.

O relatório do senador rejeitou um dispositivo aprovado pela Câmara que estabelecia um limite para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. O texto do Senado que será estabelecido como um uniforme do território nacional, podendo ser cobrado em todo o litro de combustível ou sobre o preço do produto final.

Além disso, o relatório introduz a cobrança monofásica do ICMS sobre a gasolina, o diesel e o biodiesel. Com isso, a incidência do imposto deverá

ocorrer em apenas uma fase de comercialização, como nas refinarias, e não em toda a cadeia de produção. A implantação desse modelo dependerá de regulamentação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), formado por secretários estaduais.

### Corte de imposto

O relator se recusou a incluir uma proposta de redução dos impostos federais, deixando essa definição para o governo. Mais alinhado aos governadores, o Senado age para evitar perdas de arrecadação do ICMS, enquanto Bolsonaro pressiona os Estados a mexerem na alíquota. O preço dos combustíveis representou o segundo produto que mais pesou na alta da inflação em 2021, atrás apenas da energia elétrica, e passou a pressionar os pré-candidatos em ano eleitoral.

“O problema é ‘resolvível’ com os projetos como eles estão no Senado, com a conta de compensação de preços e com a cobrança monofásica ad rem do ICMS”, disse Jean Paul. “Se o governo quiser (reduzir impostos federais), tudo bem, que o faça diretamente, eventualmente enfrente a constitucionalidade do assunto ou apresente uma emenda, e vamos avaliar.”

Em meio ao debate sobre a criação de subsídios em ano eleitoral, o relator incluiu no pacote a ampliação do programa Gás dos Brasileiros, que hoje serve a 5,47 milhões de famílias, para contemplar no mínimo 11 milhões de famílias em 2022. A medida dobrará o gasto com o benefício no orçamento, atualmente de R\$ 1,9 bilhão. Para bancar esse custo, o parecer indica como fonte os valores arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu, mas apenas o montante destinado à União, estimado em R\$ 3,5 bilhões, blindando a receita dos Estados e municípios.

 Annotations · [Report a problem](#)

O Outline é um serviço gratuito para ler e anotar artigos de notícias. Removemos a desordem para que você possa analisar e comentar o conteúdo. No clima atual de desinformação generalizada, o Outline capacita os leitores a verificar os fatos.

[HOME](#) · [TERMOS](#) · [PRIVACIDADE](#) · [DMCA](#) · [CONTATO](#)



Terça, 15 de Fevereiro de 2022 - 19:30

## ***Empresários articulam simplificação do sistema tributário no Brasil***

por Felipe Dourado, de Brasília



No Brasil, mais de 44 mil tributos compõem o quadro de taxas e impostos pagos por empresários nas escalas Municipal, Estadual e Federal, e esse número aumenta todos os anos. O número foi apresentado pelo deputado Felipe Rigoni (PSL-ES) à Frente Parlamentar do Empreendedor (FPE) nesta terça-feira (15), durante a reunião-almoço semanal do grupo em Brasília. A reunião também serviu para Rigoni apresentar um Projeto de Lei que estipula o Código de Defesa para o Pagador de Impostos (CDPI), condensando 37 artigos para conter possíveis abusos de autoridade de órgãos tributários.

Presente no almoço, o deputado Arthur Maia (DEM-BA) nomeou como "louvável" a iniciativa de Rigoni. "É claro que esse é um ano difícil de aprofundarmos sobre qualquer tema, pois é um ano mais curto por ser eleitoral. Mas há um interesse de trazermos pautas como essa, ou também uma Reforma Administrativa, para o debate permanente dentro do Congresso", comentou Maia ao Bahia Notícias.

Durante a apresentação, o deputado capixaba argumentou sobre os motivos que o levaram a propor o código, visando atacar as "injustiças que por ventura ocorrerem" pelos órgãos fiscalizadores em todas as esferas. "Especialmente em prefeituras, temos visto criações de taxas sem justificativas plausíveis, sem um direcionamento claro sobre o que será feito pelo poder público após o recebimento daquele valor", explicou.

### **DEFESA PRÉVIA**

Atualmente, quando uma empresa é acionada por órgãos fiscalizadores, não há notificação prévia ou visitas informativas por parte dos auditores, de acordo com o deputado. Para combater possíveis injustiças, o PL propõe a criação de um processo, em que o contribuinte possa apresentar justificativas ou defesa prévia antes da autuação, tornando, assim, a atuação do Fisco mais justa e eficiente. "O problema maior é que a legislação atual torna tudo mais subjetivo. O que queremos é que haja mais clareza e direcionamento sobre quais tributos estão sob o julgamento da esfera competente, e educar os empreendedores para que se enquadrem na lei", comentou Rigoni.

Diego Ramiro, CEO e presidente da Associação Brasileira de Agentes Autônomos de Investimentos (ABAAI), disse que a proposta será positiva para fomentar a criação de novas

empresas e ajudar os empreendedores autônomos a terem maior segurança jurídica em relação à carga tributária. "O legislativo pareceu entender bem as dores do empreendedor brasileiro. E não falo do grande empresário. Falo dos pequenos mesmo. Falo em nome da classe dos trabalhadores autônomos aqui, que têm pouca segurança jurídica atualmente. Quando vemos eventos sobre isso, tratando sobre empreendedorismo, isso nos deixa esperançosos em relação a isso", comentou o empresário.

Felipe deixou aberta à Frente Parlamentar do Empreendedorismo que tem intenção de levar à mesa da Câmara o PL, em breve, mas que aceita contar com o apoio dos colegas congressistas para assinarem a pauta como coautores.

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral

(financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial)

e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Bonança estadual

Governadores contam com sobra na caixa devido a fatores circunstanciais, o que traz risco de mau uso

Os governadores, ou pelo menos a maioria deles, iniciam este ano eleitoral com boa sobra de dinheiro em caixa, o que parece destoar da situação geral de penúria do setor público nacional nos últimos anos. As circunstâncias que permitiram essa relativa fartura, contudo, levam a incentivos perigosos.

Há entre os estados bons exemplos de disciplina fiscal e avanços em reformas previdenciárias e administrativas. No entanto a maior parte da melhora rápida nas contas decorre de fatores momentâneos, nem todos desejáveis.

O primeiro deles foi o socorro financeiro emergencial obtido na União em 2020, com o objetivo de aplacar os impactos da pandemia. A medida votada pelo Congresso, que tinha objetivos corretos, mostrou-se mal desenhada.

Pelos cálculos do Tesouro Nacional, os benefícios aos estados somaram mais de R\$ 70 bilhões naquele ano, entre transferências diretas de recursos e suspensão temporária do pagamento de dívidas. A dinheiro, soube-se logo, supereçou com folga a perda de arrecadação e as despesas extraordinárias impostas pela Covid-19.

Em 2021, ademais, a receita de impostos experimentou vigoroso crescimento — em parte devido à recuperação da economia, em parte devido à contribuição espúria da escalada inflacionária.

Os números mostram com eloquência o fortalecimento repenti-

no dos caixas estaduais e do Distrito Federal. O superávit primário conjunto dessas unidades da Federação saltou de R\$ 16,3 bilhões em 2019 para R\$ 38,3 bilhões em 2020 e R\$ 78,2 bilhões no ano passado.

A folga orçamentária permitiu também expressivo aumento dos investimentos — em sua maioria, obras que normalmente são ativos importantes em eleições. Segundo noticiou o jornal Valor Econômico, essa modalidade de despesa atingiu 75,9 bilhões em 2021, o que representa alta de 83,6%.

Os recursos começam agora a ser empregados em reajustes salariais para o funcionalismo, que até dezembro estavam vedados pelas normas do socorro federal. Como mostrou a Folha, ao menos 13 governadores — como o de São Paulo, João Dória (PSDB) — já anunciaram aumentos para servidores.

Ainda faltam dados para uma avaliação de todos esses gastos, mas a experiência aponta riscos óbvios. No caso dos investimentos, uma elevação brusca e talvez apressada pode contemplar projetos mal elaborados e, nas piores hipóteses, favorecer a corrupção.

Já os encargos com pessoal são despesas permanentes que respondem pela maior fatia dos Orçamentos dos estados. Imprudentes nessa rubrica, como se viu nos anos recentes, podem resultar em suspensão futura de pagamentos e ameaçar os serviços essenciais de educação, saúde e segurança.

Ambos, contudo, foram suspensos pelo sucessor de Dória, o também tucano Bruno Covas: o primeiro devido à alta rotatividade de internações; o outro por não cumprir a meta de 20 mil empregos em 12 meses — foram 2.626 contratações em dois anos de vigência.

A nova aposta, já sob o comando de Nunes, ganhou a alcunha de Re-encontro. De certo modo, pretende-se repetir a oferta de habitações transitórias — abrigar famílias por até 12 meses em casas modulares no centro — e preparação "profissional e socioemocional" dos sem-teto para aproveitar a mão de obra em atividades sob responsabilidade da administração.

A descontinuidade de programas ao sabor do governante de turno é uma chaga da vida pública nacional — com a contrapartida de que aceitassem tratamento médico.

Alvo de críticas da oposição, a iniciativa acabou após a eleição do então prefeito João Dória (PSDB). Criou-se no lugar o Redenção, que preconizava a internação dos dependentes em clínicas psiquiátricas. O programa, depois, atrelou-se ao Trabalho Novo: este estimulava a capacitação laboral de moradores de rua antes de encaminhá-los a vagas na iniciativa privada.

Decerto o modelo mais assertivo para atenuar os efeitos de um crescimento de 31% da população de rua durante a pandemia (31.884 pessoas), a combinação moradia e emprego exige persistência e investimentos de longo prazo, independentemente de interesses eleitorais ou inclinações ideológicas.



## Lugar de fala, lógica e objetividade

Hélio Schwartzman

Não entendi bem se Ricardo Teperman quer a minha demissão ou um debate sobre lugar de fala. Se é a primeira hipótese que vale, então ele deveria tê-la explicitado com todas as letras em seu artigo de 15/2 ("Lugar de fala do articulista", Opinião). No gênero jornalístico, textos claros são sempre preferíveis aos cifrados. Se o que ele quer é discutir lugar de fala, faça-o com prazer.

Obviamente não li tudo o que foi escrito sobre lugar de fala, mas li o suficiente (a favor e contra) para não tomar o conceito como axiomático. Ele funciona bem quando tratamos de experiências subjetivas, mas afirmar isso não é mais que um truismo. Roubando o raciocínio do amigo Marcel Davi de Melo, se for para falar sobre a sensação de ser o único negro numa escola de brancos, é evidente que são as crianças negras nessa situação que temos de ouvir. Mas, quando passamos para o plano mais objetivo da discussão abstrata, os argumentos deveriam valer (ou não) independentemente de quem sejam seus autores. Insis-

tir no contrário é agarrar-se a uma versão do "argumentum ad hominem", que a lógica classifica como falácia informal.

Sei que o pessoal da teoria crítica vai além e contesta a própria ideia de objetividade. Acompanho parte das críticas pós-modernistas a essa noção. Mas, por mais ressaltadas teóricas que façamos à objetividade, ela é, na prática, útil. Num exemplo caseiro, o jornalista que tenta perseguir-la, mesmo sabendo-a inatingível, é melhor que aquele que já parte do princípio que ela é impossível e abraça a militância.

Algo parecido vale para a ciência. Ninguém ainda produziu um conceito filosoficamente consistente de objetividade científica. Paul Feyerabend, do qual falei outro dia, viu isso e tirou conclusões radicais. Para ele, não há diferença entre astrologia e astronomia, ou entre cloroquina e vacina. Se você rejeita esse vale-tudo, então não deveria rifar a noção de objetividade, por mais imperfeita que seja.

helio@uol.com.br

## Lula e o terceiro turno

Bruno Boghossian

Lula e o PT parecem convencidos de que ganhar a eleição não será suficiente para governar. No último encontro entre o ex-presidente e Geraldo Alckmin, a dupla discutiu as dificuldades de o próximo ocupante do Palácio do Planalto dever com um Congresso cada vez mais poderoso. O foco das preocupações tem nome e sobrenome: Arthur Lira.

Petistas veem uma espécie de terceiro turno no horizonte caso Lula vença a disputa nacional. O partido quer ampliar um bloco de deputados de esquerda e formar alianças com legendas como o PSD para eleger um novo presidente da Câmara em fevereiro de 2023 — a preferência é por um nome do próprio PT. Por enquanto, uma composição com Lira não está nos planos.

Atual chefe da Câmara adota um tom de desconfiança em relação ao líder das pesquisas. Em entrevista ao Valor Econômico, Lira insinuou que Lula encontrará obstáculos se o Congresso mantiver uma maioria de centro-direita (o que inclui a massa fluida de deputados do centrão).

O PT teve o apoio desse grupo em seus quatro governos, mas o equilíbrio entre presidente e Congresso mudou desde então. O centrão ganhou peso com a expansão bilionária das emendas parlamentares e passou a depender menos da boa vontade do Planalto. Sem força para acabar com essa festa, Lula procura alternativas para o jogo.

Segundo cálculos feitos por petistas, uma federação PT-PSB-PC do B-PV poderia eleger até 140 deputados. É pouco para escolher o presidente da Câmara. A ideia é engordar a coalizão com legendas como PSD e MDB (as duas siglas poderiam se revezar na presidência do Senado). Nem mesmo uma conversa com o PL de Valdemar Costa Neto estaria descartada. Derrotado, Jair Bolsonaro seria página virada em 2023.

Além do poder absoluto sobre processos de impeachment, o chefe da Câmara controla a agenda de votações e, na prática, determina se o governo anda para a frente ou não. Uma aposta nessa disputa pode determinar o destino de um presidente.

## Pior do que tá fica

Mariliz Pereira Jorge

Além de tirar Bolsonaro do poder, há outra questão tão importante quanto o Congresso. Ao contrário do que afirmou o então candidato Tircirica, em sua primeira eleição: pior do que tá fica. Em 2018, a renovação de nomes no Poder Legislativo era uma das pautas da sociedade, o que se confirmou com o resultado das urnas. Na prática, o Congresso atual é apontado como o pior da história.

Foram eleitos 243 novos deputados, o que representa 47,3% dos parlamentares. Para surpresa de ninguém, o PSL, então partido do presidente, foi o que mais ganhou representatividade. Dos 52 nomes da sua bancada, 47 eram estreates. No Senado, a mudança de caras foi ainda maior. De cada quatro senadores que tentaram a reeleição, apenas um conseguiu. Das 54 vagas, 46 foram ocupadas por gente nova, mais de 85%.

Em ambos os casos, a maior transformação desde a redemocratização. Não é surpresa para ninguém que, entre aqueles que nunca tinham exercido cargo público, estivessem

lideranças evangélicas, celebridades excêntricas e parentes de oligarquias nos estados. O que de fato mudou o cenário foram os candidatos eleitos a reboque de Bolsonaro e do discurso antipetista. O impacto da presença deles é profundo.

Testemunhamos o fenômeno do bolsonarismo se consolidar com a eleição de gente despreparada, vingativa, caricata, arruaqueira, com visível inteligência intelectual. No dia a dia, mostraram que mesmo com toda essa falta de atributos são muito competentes em alimentar a seita que o presidente criou e mergulhar o país numa crise democrática.

Em 2022, pode ser ainda pior. Integrantes e ex-integrantes do governo, que ganharam projeção durante suas catastróficas gestões, além de nomes que se destacaram desde o início da pandemia por seu negativismo, vão procurar abrigo no Congresso. Trata-se de gente muito mais inteligente e articulada. É um bolsonarismo com verniz, portanto, mais perigoso.

## Confiança na democracia

Uirá Machado

Repórter especial da Folha. Foi editor de Opinião, da Ilustríssima e de Cotidiano e secretário-assistente de Redação.

Na cabeça de Jair Bolsonaro (PL), o grupo político que controla as urnas eletrônicas escolheu perder em 2018. Essa deve ser a explicação para o fato de ele ter chegado à Presidência por meio de uma ferramenta que, nas suas palavras, "não é da confiança de todos nós".

As investidas de Bolsonaro não são novidade. Há muito ele se enreda num ciclo vicioso em torno do sistema eleitoral. De um lado, alimenta-se de teorias conspiratórias da internet, todas sem comprovação; de outro, abastece a mesma internet com ataques reiterados.

Segundo uma interpretação benevolente, Bolsonaro está apenas mobilizando seus seguidores mais fanáticos às vésperas de uma disputa em que, a julgar pelas pesquisas de opinião, ele tem boas chances de sair derrotado.

Os protestos de raiz golpista do ano passado, nessa leitura, jamais representaram risco real para o país. Afinal, para citar o bordão consagrado, as instituições estão funcionando. Mas será que Bolsonaro está apenas mobilizando sua tropa para tentar vencer o processo eleitoral? E se seu alvo estiver além, no momento posterior à contagem dos votos?

Ademocracia, de acordo com uma definição minimalista, é um regime no qual os proprietários aceitam a sua derrota. Eles podem chorar, esperar e esbravejar, mas não recorrer à violência para questionar o resultado.

Dito de outra forma, democracia é uma guerra civil sem a guerra, afirma David Runciman em "Como a Democracia Chega ao Fim". O fracasso, diz ele, ocorre quando as batalhas simbólicas se transformam em batalhas reais.

Runciman, assim como outros pensadores da política, chama a atenção para um aspecto frágil da democracia: o elemento que a mantém viva, no fundo, é a confiança.

Ou seja, pessoas que perderam nas urnas têm de acreditar que mais vale a pena esperar até o próximo ciclo eleitoral para discutir o poder do que tentar tomá-lo pela força.

Claro que, nessa equação, não se trata apenas de querer tomar o poder. Querendo, é preciso dispor de meios para enfrentar resistência. Armas, por exemplo, costumam ser um bom instrumento nas mãos de quem quer recorrer à violência para desafiar qualquer resultado.

Quando Bolsonaro questiona a lisura do sistema eleitoral, ele antecipa a possibilidade de não aceitar eventual derrota e procura minar o elemento que sustenta a democracia: "a confiança de todos nós".

"As instituições estão funcionando" é uma pergunta velha. O que importa agora é: se Bolsonaro perder, você tem 100% de certeza de que ele vai aceitar o resultado? Uma hesitação antes da resposta diz mais sobre a saúde da democracia do que muitos gostariam de admitir.

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## A cartilha que Bolsonaro não lê



**Como levar a sério o manual de conduta da AGU quando Bolsonaro é o primeiro a fazer letra morta das recomendações?**

**A** Advocacia Geral da União (AGU) fez chegar aos ministros de Estado e demais servidores da administração pública federal que desejam ser candidatos nas eleições gerais deste ano uma cartilha com orienta-

ções para que não incorram em práticas que possam ser consideradas abuso de poder político ou econômico e, assim, venham a ter seus registros impugnados pela Justiça Eleitoral, além de prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro à reeleição.

Tanto o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, como o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá a Corte ao tempo das eleições de outubro, já deram declarações bastante claras de que serão rigorosos na aplicação da legislação eleitoral. Trata-se de uma obviedade que não mereceria destaque noutros tempos, mas que, de fato, precisa ser ressaltada nesta estranha quadra da história nacional.

“A Justiça Eleitoral tem competência para aplicar penalidades em casos que julgue ter havido abuso de poder político ou econômico”, diz trecho do documento da AGU. “Atos do governo, ainda que formalmente legais, podem ser entendidos como abusivos se, de algum modo, puderem ser associados com a concessão de benefícios a certo candidato, partido ou coligação.”

Não é possível afirmar que tenha sido esse o motivo da preparação da cartilha pela AGU, mas o fato é que o documento chegou aos ministros e servidores federais poucos dias após um comício no Rio Grande do Norte em que o ex-senador Magno Malta pediu votos de forma ostensiva para o presidente Jair Bolsonaro, que estava ao seu lado. “Precisamos reconduzir este

homem ao poder, à reeleição”, disse Malta.

Nada configura tão cabalmente um ato de campanha eleitoral antecipada como o pedido direto ou indireto de votos antes do tempo autorizado por lei. Nas mãos de um procurador eleitoral mais cioso de seus deveres constitucionais, o comício no Rio Grande do Norte poderia atribular a campanha de Bolsonaro pela reeleição. Noticiou-se que o caso teria “preocupado” o Palácio do Planalto, mas é improvável que vá além do susto, dada a leniência da Justiça Eleitoral em relação a campanhas antecipadas – basta lembrar a impune desenvoltura de Lula da Silva, aquele que jamais desceu do palanque, nem quando esteve preso.

Em que pesem os bons ventos republicanos que levaram a AGU a preparar e divulgar um manual de conduta que orienta os servidores federais a tão somente cumprirem a lei, nada além disso, é muito difícil levar o documento a sério quando o próprio presidente da República, ninguém menos, é useiro e vezeiro em fazer letra morta de todas aquelas recomendações.

Jair Bolsonaro está em campanha eleitoral descarrada desde sua posse, usando em comícios, sem qualquer constrangimento e sem ser incomodado pelos órgãos de controle e fiscalização, os recursos públicos que deveriam pagar os custos do exercício da Presidência. E tudo isso com o único objetivo de se aferrar ao poder, não para entregar um Brasil melhor a seu sucessor, mas para retardar tanto quanto possível o seu inevitável acerto de contas com a Justiça. ●

## Congresso

# Governo autoriza volume recorde de emendas antes das eleições

**Valor de repasses até setembro é o maior na gestão Bolsonaro – R\$ 25 bilhões; metade dos recursos é do orçamento secreto**

DANIEL WETERMAN  
GUILHERME PIMENTA  
BRASÍLIA

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizou gastos de até R\$ 25 bilhões em emendas parlamentares antes das eleições de outubro. Decreto publicado na sexta-feira passada estabelece que quase metade desses recursos sairá do orçamento secreto. O volume de despesas indicadas por deputados e senadores e que receberam o aval do presidente para gasto até setembro é o maior na gestão Bolsonaro, permitindo irrigar redutos de políticos antes das disputas eleitorais.

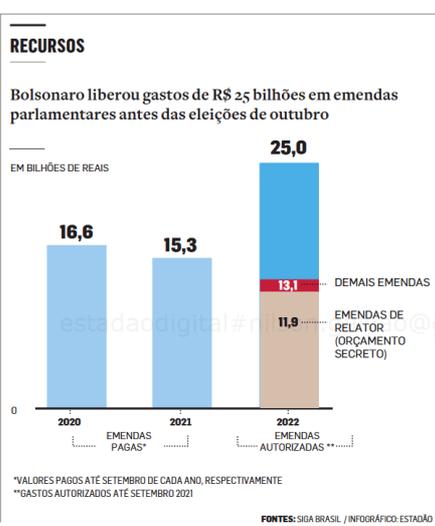
Em 2020, foram pagos R\$ 16,6 bilhões antes das eleições municipais, na soma de todas as emendas de parlamentares ao Orçamento da União. No ano passado, foram R\$ 15,3 bilhões até setembro. Neste ano eleitoral o governo terá de lidar com uma pressão política e com uma conta que “não fecha”, na avaliação de técnicos. O Orçamento de 2022 prevê um total de R\$ 33,8 bilhões em emendas parlamentares, recursos indicados por congressistas para turbinar obras de interesse eleitoral, mas há uma fatura de R\$ 36 bilhões em recur-

sos aprovados em anos anteriores que ainda não foi paga e disputará o mesmo espaço.

O decreto que autorizou os R\$ 25 bilhões impôs um limite para a execução das verbas oriundas das chamadas emendas de relator, instrumento que vinha sendo usado pelo Congresso para esconder os responsáveis pela indicação dos gastos, como revelou o Estadão ao noticiar o orçamento secreto. Segundo o texto, até março poderão ser gastos R\$ 2,7 bilhões do orçamento secreto. Até setembro esse montante pode chegar a R\$ 11,9 bilhões. Os R\$ 13,1 bilhões restantes que poderão ser liberados virão de recursos das emendas impositivas, aquelas indicadas individualmente por deputados e senadores e pelas bancadas estaduais do Congresso, e das emendas aprovadas pelas comissões do Legislativo, que ficaram com menos recursos.

**PRESSÃO.** Com a autorização via decreto, o governo se tornou alvo de pressão. De um lado, aliados cobram a liberação de verba antes de outubro. De outro, o Ministério da Economia passou a indicar a necessidade de segurar os gastos diante da incerteza sobre a arrecadação de impostos e da necessidade de garantir o pagamento das despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias.

No fim, a escolha dos limites para abrir o cofre e pagar os valores que Bolsonaro autorizar gastar dependerá de aval da Casa Civil, comandada pelo



**“O governo deve liberar a maior parte antes das eleições, ainda no primeiro semestre. A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (priorizar aliados).”**

Hildo Rocha (MDB-MA)  
Deputado

ministro Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão. Mas a equipe econômica pode tentar segurar a liberação de verbas na boca do caixa na tentativa de não comprometer o orçamento. No momento, o Executivo deve aguardar até março para reavaliar o cenário de acordo com a arrecadação de recursos. Se as receitas não se comportarem como o esperado, cortes poderão ser feitos. “O governo deve liberar a maior parte antes das eleições. A princípio, todos são iguais, mas, do jeito que eles são, vão trabalhar para isso (priorizar

aliados)”, afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

**CALENDRÁRIO.** Na prática, os recursos de interesse dos parlamentares devem ser liberados antes. Além da necessidade de cuidar das despesas para cumprir os gastos obrigatórios, há uma preocupação adicional do governo neste ano: a legislação eleitoral. O Executivo é proibido de liberar recursos nos três meses anteriores ao pleito, com exceção daqueles destinados a obras em andamento.

A escolha dos beneficiários finais das emendas (governos estaduais ou municipais) e da ordem de prioridade de pagamento caberá aos parlamentares, que informaram essa relação ao governo. A limitação do orçamento secreto aumenta o poder do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de Ciro Nogueira – apontados como “donos do cofre”.

Procurado, o Ministério da Economia disse que o decreto “reflete a necessidade de maior prudência na execução das despesas primárias discretionárias no início do exercício financeiro”, até nova avaliação do comportamento das despesas e da arrecadação.

**COMISSÕES.** Ao priorizar o orçamento secreto e as verbas de aliados diretos, o governo deixou de lado as emendas aprovadas pelas comissões da Câmara e do Senado. Após vetar R\$ 1,4 bilhão de recursos carimbados por esses colegiados no Orçamento, o governo agora prevê pagar R\$ 577,8 milhões das emendas dos R\$ 2,3 bilhões que sobram.

O Ministério da Economia afirmou que o restante está garantido. Mas pode, na prática, não ser executado, pois está reservado ao reajuste salarial de policiais federais, que motivou reação de outras categorias. ●

**830 Inovação**  
Startups  
brasileiras  
que são  
candidatas a  
se transformar em  
'unicórnio' em 2022

QUARTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

**ECONOMIA  
& NEGÓCIOS**

**E&N**



INCLUI CLASSIFICADOS

B1

DESTAQUE O  
CADERNO E&N  
(B1 A B32)

Indicadores Mercado financeiro

# Em alta, ativos do Brasil surpreendem

— Desde janeiro, Ibovespa, principal índice da B3, avançou 9,5%, e o dólar caiu 7,45%; crises em países ricos e alta de commodities e juros explicam resultados, dizem analistas

LUCIANA DYNIEWICZ

Apesar de um cenário adverso no mercado internacional e da proximidade das eleições, os ativos brasileiros entraram numa trajetória de alta no início deste ano. Desde janeiro, o Ibovespa, principal índice da B3, avançou 9,5%, enquanto o dólar caiu 7,45% - passando de R\$ 5,58 para R\$ 5,18. Só ontem, a Bolsa subiu 0,82%, para 114,8 mil pontos, e a moeda americana recuou 0,72%.

O desempenho brasileiro destoa do de países ricos. Nos EUA, por exemplo, a Bolsa de Nova York acumula queda de 2,84%, e a Nasdaq, de 10,85%. Na Europa, Frankfurt recuou 2,84% desde o início de 2022. Mercados latino-americanos seguem a tendência brasileira. As Bolsas da Argentina e do Chile já avançaram 5,4% e 8%, respectivamente.

Esse cenário não é o esperado quando há a expectativa de um aperto monetário pelo Federal Reserve (o Banco Central dos EUA). Nesses casos, o fluxo de capital é em direção ao mercado americano, que passa a pagar mais por empréstimos e é tido como mais seguro.

Para o economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, o que explica o panorama é o fato de as Bolsas americanas estarem caras, as europeias com risco elevado em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia e a chinesa ainda sofrendo com a crise do setor imobiliário. "Aí aparece a América Latina, ainda mais em um ambiente de commodities mais altas."

O diretor de investimentos da XP Private, Artur Wichmann, afirma que o otimismo não é com os ativos brasileiros, mas com as companhias que trabalham com commodities. "Antes de dizer que o Brasil está se destacando, tem de separar o que é mérito nosso. O mundo ligado ao ciclo de commodities e à alta de juros é que vai muito bem." ●

**No Movida Cargo  
você encontra utilitários  
ideais para você e para seu negócio,  
e ainda conta com manutenções  
e proteções inclusas no valor  
da mensalidade.**



- Um utilitário pronto para o seu negócio!
- Cuidamos de todas as manutenções e custos.
- Deixe tudo isso conosco e foque no seu negócio.
- Valor da proteção incluso na mensalidade.



MOVIDA.COM.BR/CARGO  
0800 606 8686

Consulte informações no site Movida Cargo.

**movida**  
Cargo

EMPRESAS DO BRASIL FICARAM BARATAS.  
AFIRMAM ESPECIALISTAS. PÁG. B2

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER  
PressReader.com.br (54) 2777-8004  
© 2022 PRESSREADER (BRASIL) S.A.

pressreader

## Por que o 'teto da dívida' não é uma boa alternativa

### ARTIGO

#### Antonio Corrêa de Lacerda

Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), professor-doutor do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, é autor de 'O Mito da Austeridade' (Contracorrente). E-mail: contato@aclacerda.com

**D**iante da crescente percepção da total inviabilidade da Emenda Constitucional 95 (EC), o teto de gastos como parâmetro de regra fiscal, surge a necessidade da definição de novos paradigmas. Como apontei em artigo anterior, no Brasil, na prática, o teto de gastos transformou-se em "teto de investimen-

tos". Uma das propostas na mesa é a sua substituição por teto de endividamento, tendo como exemplo os EUA. Por que, no Brasil, essa não é uma boa ideia?

O estoque da dívida pública dos países equivale aos déficits acumulados ao longo dos anos. No conceito nominal, esses déficits incluem as despesas com o pagamento de juros sobre essa mesma dívida. As dívidas são recorrentes na maioria dos países.

Até mesmo países considerados ricos, ou desenvolvidos, detêm dívidas públicas elevadas. É o caso, por exemplo, da França, com 116% do PIB; do Canadá, com 118%; da Itália, com 156%; ou o mais expressivo, o caso do Japão, cuja dívida atinge 266% do seu produto.

Nos últimos dois anos, a dívida global dos países aumentou

muito em razão dos gastos e do efeito da pandemia de covid-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou que, pela primeira vez, a dívida pública global cresceu, voltando a atingir níveis só observados nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial.

### Fixar um teto para este indicador vai mais atrapalhar do que ajudar nosso desenvolvimento

A dívida pública federal brasileira atingiu R\$ 5,6 trilhões em 2021, representando 80,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso não é uma peculiaridade brasileira. Mas o que de fato chama

a atenção no nosso caso são as distorções, como a "duração" dos títulos (prazo de vencimento muito curto) e o elevado custo de financiamento. As despesas totais com pagamento de juros sobre a dívida pública aumentaram de R\$ 312,4 bilhões, em 2020, para R\$ 448,3 bilhões, em 2021, o equivalente a cerca de dez vezes o orçamento para investimentos públicos.

As despesas com o pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira são muito superiores às médias internacionais – mesmo aqueles países que têm dívidas públicas elevadas. No acumulado dos cinco anos entre 2017 e 2021, o montante de pagamento de juros sobre a dívida pública brasileira chegou a quase R\$ 2 trilhões. Trata-se de uma permanente

transferência de renda de toda a sociedade para os credores da dívida e o sistema financeiro, que detém grande parte dela e fazem a sua intermediação.

O fato de nossa dívida pública ser fortemente indexada – ou seja, atrelada às variações das taxas de juros (Selic e prefixadas), da inflação e da taxa de câmbio – a deixa com forte tendência de elevação inercial. Ela cresce, independentemente da ocorrência de déficits. Da mesma forma, a relação dívida/PIB tende a se elevar, quando a atividade econômica não cresce, como tudo indica que vai ocorrer em 2022. Portanto, fixar um teto para este indicador vai mais atrapalhar do que ajudar nosso desenvolvimento. ●

### Indicadores Mercado financeiro

## Empresas do Brasil ficaram 'baratas' para estrangeiros, dizem especialistas

O real e os ativos locais estão depreciados, mas analistas ponderam que a procura pode mudar rapidamente

#### LUCIANA DYNIEWICZ

O investidor estrangeiro ingressou com R\$ 45,6 bilhões na B3 neste início de ano e sustentou a alta da Bolsa. No mesmo período, investidores institucionais e individuais retiraram R\$ 40,2 bilhões e R\$ 8,7 bilhões, respectivamente. Já as empresas e as instituições financeiras injetaram R\$ 1,9 bilhão e R\$ 1,6 bilhão. Um dos principais atrativos das empresas brasileiras para os estrangeiros é que, assim como o real, elas estão baratas.

Na análise de Carlos Carvalho Junior, sócio-fundador da Kíntro Capital, na última década elas perderam valor com a crise sem fim em que o País mergulhou. "O Brasil está com uma performance ruim há mais de uma década. A cotação do real também está fora do



lugar. Estimamos que o câmbio esteja uns 15% fora (mais barato do que deveria). Os ativos aqui estavam muito depreciados e ficou barato para o investidor estrangeiro."

Também tem favorecido a atração do capital estrangeiro a decisão de o Banco Central (BC) começar a elevar a taxa básica de juros em março de

2021 – cerca de um ano antes do que se espera para os EUA. A taxa elevada por aqui tem atraído o capital de curto prazo, diz o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria.

Por fim, além de grandes empresas da B3 trabalharem com commodities, cujas cotações estão em alta, o momento é de pessimismo com companhias

### Papéis brasileiros

#### ● B3 em alta

A Bolsa brasileira é favorecida pelo momento ruim dos mercados internacionais. As Bolsas americanas estão caras, as europeias estão em risco por causa do conflito entre Rússia e Ucrânia, e a chinesa ainda sofre com a crise do setor imobiliário

#### ● Commodities

Outro fator que torna a Bolsa brasileira atraente é que as grandes companhias que trabalham com commodities negociam ações ali

de tecnologia. Isso porque esse setor trabalha com prazos longos e projetos de maior risco. Assim, os investidores costumam dar aval para essas empresas quando não há perspectiva de elevação na taxa de juros, isto é, quando sabem que o dinheiro não vai ficar mais caro – o que não é o caso agora. O momento hoje é de apostar

em segmentos mais tradicionais, como os brasileiros, explica Carvalho Junior.

**FUTURO.** A aposta dos estrangeiros neste começo de ano não significa que eles não estão preocupados com a incerteza das eleições, na análise do economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro. Para ele, os investimentos aqui têm sido mais uma decisão tática diante de um cenário global complexo. "É uma janela de oportunidade." Loureiro diz ainda que a calma no mercado doméstico deve ir até maio, quando as discussões sobre a agenda econômica do próximo governo entrarem em pauta.

Já Carvalho Junior afirma não enxergar investidores de longo prazo entrando no País, o que significa que a tendência pode mudar rapidamente. Campos Neto também vê esse interesse no Brasil como uma busca por oportunidade. Ele acrescenta que a tendência é que o investidor retire seus investimentos do País assim que os EUA elevarem os juros.

Na visão de Artur Wichmann, da XP Private, no entanto, essa saída de recursos não é certa. "Se fosse uma questão apenas de juros, o dinheiro já não deveria estar entrando agora. O mercado está dizendo que tem um ciclo, minério e petróleo estão subindo. Esse ciclo favorece mercados como o brasileiro." ●

## Monitor da FGV vê alta de 4,7% do PIB em 2021

#### VINICIUS NEDER

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 4,7% em 2021, segundo o Monitor

do PIB, indicador calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Por esse indicador, a agropecuária cresceu 0,6%, a indústria avançou 4,4% e os serviços

cresceram 4,7%. Pela ótica da demanda, o destaque foi o salto de 16,7% na formação bruta de capital fixo (FBCF, a medida dos investimentos no PIB), enquanto o consumo das famílias avançou 3,4%.

O Monitor do PIB procura antecipar a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo oficial das contas nacionais. Conforme o indicador da

FGV, o crescimento econômico de 4,7% foi garantido com um avanço de 0,7% no PIB do quarto trimestre ante o terceiro trimestre. Na comparação com o quarto trimestre de 2020, houve alta de 1,9%. Isoladamente em dezembro de 2021, o Monitor viu crescimento de 0,8% sobre novembro. ●

## Opinião do GLOBO

# Governos estaduais têm de conter gasto com funcionalismo

*Governadores deveriam ter aprendido essa lição após experiência da pandemia*

**N**a área da gestão pública, era de esperar que a pandemia tivesse trazido lições de austeridade aos governadores. Desgraçadamente, isso não está acontecendo. A poucos meses das eleições, vários têm distribuído aumentos salariais ao funcionalismo público sem nenhum critério além do interesse eleitoral — um erro imperdoável.

Os casos mais críticos são conhecidos: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm graves problemas de endividamento. Para colocar a dívida em trajetória sustentável, é imprescindível manter as contas no azul. Sem controlar os gastos com pessoal, item de maior peso no Orçamento, não há saída viável. Qualquer argumento que tente fugir disso não passa de conversa fiada.

Ao que parece, os resultados fiscais positivos registrados em 2021 trouxeram uma falsa impressão de bonança e têm servido de pretexto para a prodigalidade. Juntos, governos estaduais e municipais tiveram um superávit de quase R\$ 100 bilhões, o melhor desempenho da história. Com exceção da reforma da

Previdência promovida por alguns governos, os principais fatores responsáveis por isso são circunstanciais. É o caso das transferências federais extraordinárias para lidar com a pandemia e da inflação alta, que ampliou a arrecadação de impostos sobre o consumo, como o ICMS.

De todos os fatores, dois se sobressaíram. A arrecadação foi turbinada pela retomada da economia, como sempre ocorre depois de recessões. Mas as despesas não subiram na mesma velocidade, sobretudo porque reajustes salariais foram proibidos até o fim de 2021. Descontada a inflação, os gastos com pessoal dos estados no ano passado recuaram 5% na comparação com 2020. Foi o que deu fôlego fiscal aos governadores.

No caso do Rio, as novas circunstâncias fortaleceram a condição do estado na tentativa de aderir ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Uma primeira versão do plano foi enviada a Brasília no ano passado e rejeitada. Um novo texto foi reapresentado na sexta-feira. A avaliação é que houve avanço ao restringir o reajuste dos servidores a este ano, mas a manutenção de promoção automática a cada três anos (triê-

nio) para os servidores da ativa — benesse há muito banida noutras esferas — precisa ser revista, pela deterioração que causa nas contas do estado.

De modo geral, os governadores certamente sentiram os benefícios do resultado positivo em 2021. Os investimentos dos 26 estados e do Distrito Federal cresceram 84% no ano passado. Comparado a 2017, penúltimo ano do mandato dos governadores anteriores, o aumento de 2020 foi da ordem de 47%. Agora, interessados em agradecer ao funcionalismo antes das eleições, pelo menos 13 governadores deram reajustes salariais. Rio, Bahia e Ceará estão entre os que deram aumentos lineares a todos. São Paulo anunciou aumento maior para profissionais da Saúde e da Segurança Pública.

Em vez de aproveitarem a oportunidade aberta pela redução da folha de pessoal para promover um ajuste fiscal sólido, é triste ver que cálculos eleitorais de curto prazo estão falando mais alto. A pandemia não foi capaz de acabar com a nefasta prática política de beneficiar um pequeno grupo — o funcionalismo — em detrimento da maioria da população. Fica a pergunta: o que mais falta para que caia a ficha?

# PT pode retirar candidato na Bahia em favor do PSD

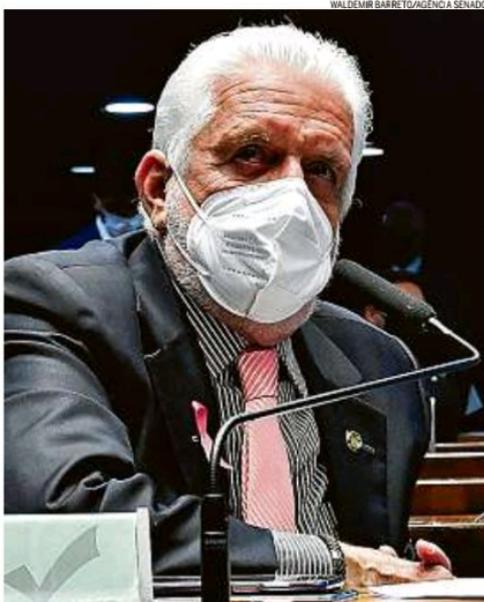
Para ter o atual governador, Rui Costa, como candidato ao Senado, partido cogita desistir de lançar Jaques Wagner ao governo e apoiar Otto Alencar. Movimento local fortalece aproximação entre as siglas — união com legenda de Kassab é desejada por Lula

SÉRGIO ROXO E BERNARDO MELLO  
politica@oglobo.com.br  
SÃO PAULO/ERIO

A falta de consenso para a formação da chapa na Bahia ameaça a manutenção da coalizão liderada pelo PT no estado. Diante do impasse, o senador Jaques Wagner (PT) tem considerado a hipótese de não concorrer ao governo estadual e abrir caminho para a candidatura do senador Otto Alencar (PSD), seu aliado. Os cenários para a eleição local foram discutidos em uma reunião com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem em São Paulo.

No plano nacional, o possível apoio do PT à candidatura de Otto pode ter efeito favorável à aproximação entre petistas e o PSD. Os dois partidos vêm trocando afagos. Semana passada, o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, afirmou que não é “impossível” que sua legenda apoie Lula já no primeiro turno. A sigla ainda não retirou a candidatura do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e trata o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), como um plano B.

Petistas sonham em atrair o partido de Kassab para a aliança em torno de Lula. Com as negociações com o PSB travadas, o PSD é visto até como um possível destino para o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (sem partido), provável candidato a vice do petista.



Projeto. Jaques Wagner avalia abrir mão de candidatura ao governo da Bahia

A aliança entre PT e PSD na Bahia vigora desde 2011. Ainda como parte da possibilidade de arranjo no estado, o atual governador, Rui Costa (PT), seria o candidato ao Senado. O problema é que o PP, partido que no plano nacional é aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), mas na Bahia faz parte do governo petista desde 2009, não aceita integrar uma aliança liderada pelo PSD.

Ao sair da conversa com Lula, que teve também a participação de Otto e Rui Costa, Wagner afirmou que

mantém sua candidatura ao governo baiano:

— Serei candidato — declarou, sem se estender nos possíveis caminhos para solucionar o impasse.

Wagner disse também que Otto e o atual vice-governador João Leão (PP) querem concorrer ao Senado. Pela proposta discutida pelo PT, Costa teria que deixar o governo em abril e Leão ficaria nove meses no comando do governo do estado.

Vice de Wagner entre 2011 e 2014, Otto é um dos principais aliados de Lula dentro do

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



Aliado. Próximo ao PT, Otto Alencar pode ser candidato a governador este ano

PSD e foi um dos poucos políticos de partidos de centro a se colocar contra o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Wagner ainda tem quatro anos de mandato como senador. Se não for candidato, pode integrar a coordenação da campanha presidencial de Lula e ter um posto de destaque no eventual governo do petista.

O PT governa a Bahia há 16 anos. Foram dois mandatos de Wagner e dois de Costa. O principal adversário do partido na eleição baiana deste ano será o ex-prefeito

de Salvador ACM Neto (União Brasil). As pesquisas o colocam como favorito.

## ENCONTRO COM PAES

Além de interessar a Lula, a aproximação entre PT e PSD vai ao encontro também do anseio de alguns líderes locais do partido de Kassab, como o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). Ele também se reuniu ontem com Lula em São Paulo e, no encontro, defendeu que o já anunciado apoio do ex-presidente ao deputado Marcelo Freixo (PSB) ao governo do Rio é um

erro. Paes lançou ao Palácio Guanabara o ex-presidente da OAB Felipe Santa Cruz, e já acertou uma aliança com o PDT, que tem Rodrigo Neves como pré-candidato — não há definição sobre quem será o cabeça de chapa.

Insatisfeito com o apoio de Lula a Freixo, Paes chegou a declarar ao Valor, há dez dias, que o petista está de “salto alto” e que não é um “fator relevante” na eleição do Rio, mas vem amenizando o tom. Ao “Roda Viva” da TV Cultura, o prefeito recalibrou o discurso e fez elogios ao ex-presidente e admitiu que ainda espera ter o apoio do PT.

Se a aproximação entre PT e PSD ganhar fôlego no plano nacional, Paes avaliar que pode conseguir ter o apoio de Lula a seu candidato no Rio. Por ora, tanto Paes quando o presidente do PSD, Gilberto Kassab, mantêm o discurso de que a legenda terá nome próprio ao Planalto. No Rio, o diretório regional do PT tem mais simpatia a uma aliança com o candidato de Paes do que com Freixo, que se fia na articulação direta com Lula e na provável aliança nacional entre petistas e o PSB, que está emperrada.

— Nunca paramos de conversar com Paes, tendo em vista que a estratégia do PT para 2022 é nacional. Isto passa por não restringir Lula a palanques de esquerda em estados como o Rio — disse o vice-presidente do PT, Washington Quaquá.

# Projeto sobre combustíveis amplia Auxílio Gás

Proposta que deve ser votada hoje no Senado dobra o total de famílias atendidas para 11 milhões, ao custo adicional de R\$ 1,9 bi. Texto prevê ainda alíquota única do ICMS para gasolina. Inicialmente, valeria apenas para diesel e biodiesel

JULIA LINDNER  
E FERNANDA TRISOTTO  
economia@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Relator de dois projetos que buscam reduzir o preço dos combustíveis, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) sugeriu, em nova versão do parecer de uma das propostas, incluir a gasolina na cobrança de uma alíquota única de ICMS e ampliar o Auxílio Gás este ano. A votação dos projetos está prevista para hoje.

A Câmara já havia aprovado uma proposta com novas regras para o ICMS de combustíveis. O texto de Prates é um substitutivo. Inicialmente, o escopo do projeto previa a cobrança de uma única vez do imposto apenas para diesel e biodiesel. Prates, porém, decidiu estender a mudança à gasolina.

Além disso, o senador propôs dobrar o número de beneficiários do Auxílio Gás previsto inicialmente, o que custaria mais R\$ 1,9 bilhão aos cofres públicos. Com essa mudança, 11 milhões de famílias seriam atendidas pelo programa.

Devido às alterações, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou o prazo para sugestões ao texto até pouco antes da sessão de hoje, às 14 horas.

Prates entende que a alíquota única é "a mais adequada para trazer transparência, previsibilidade e estabilidade ao ICMS incidente sobre combustíveis, evitando os ajustes em cascata".

Os estados definirão as alíquotas, que podem incidir sobre os fretes (como é atualmente) ou sobre uma unidade de medida (como o litro, por exemplo).

"Os preços do diesel e do biodiesel afetam diretamente o custo dos fretes e a renda dos caminhoneiros autônomos e das empresas de logística e transporte de cargas, como também o preço da tarifa do transporte público coletivo urbano", argumentou Prates no texto.

## PEC EM 'STAND-BY'

Na avaliação do relator, a gasolina impacta "não apenas a vida das famílias que dependem de veículos para seus deslocamentos, como também grande número de atividades comerciais exercidas de forma autônoma, e prejudicadas pela elevação do combustível".

Depois de apresentar seu parecer, Prates afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis está em *stand-by* e pode até tramitar nas comissões da Casa, mas não é prioridade no momento.



Impacto. Jean Paul Prates diz que gasolina afeta não só donos de automóveis como também atividades comerciais

## Nova MP para venda direta de etanol

> O governo publicou ontem no Diário Oficial da União uma medida provisória (MP) que autoriza a venda direta de etanol de produtores para postos de combustível e promove ajustes na cobrança de

tributos (PIS/Pasep e Cofins) sobre a cadeia de produção e comercialização do etanol.

> Esta é a terceira MP do governo que trata da venda direta do combustível. A última foi aprovada no Congresso, mas o presidente Jair Bolsonaro vetou alguns trechos do projeto, que permitia a

venda direta do etanol para os postos por parte de cooperativas.

> A inclusão das cooperativas configuraria renúncia fiscal sem previsão orçamentária, o que poderia gerar questionamentos posteriores. Elas já têm direito a desconto sobre a base de cálculo do imposto.

> Pela nova MP, agentes produtores, incluindo empresas comercializadoras, importadores e cooperativas poderão comercializar o combustível diretamente.

> As cooperativas terão alíquotas específicas para o PIS/Cofins. (Fernanda Trisotto)

O senador está preparando um capítulo que trata especificamente da questão do ICMS sobre combustíveis para ser acoplada ao projeto da PEC 110, relatado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que trata da reforma tributária, com uma ampla mudança nos impostos sobre consumo.

## BÔNUS DO PRÉ-SAL

Na matéria, o relator indica como fonte para novas despesas com o Auxílio Gás os recursos arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu, na Baía de Santos, que, excluindo-se os valores destinados aos entes subnacionais, somam R\$ 3,4 bilhões.

Em relação ao teto de gastos, ele propõe que o aumento de recursos para garantir emergencialmente acesso ao gás de cozinha para famílias pobres seja autorizado por meio de crédito extraordinário.

Prates ressaltou que a destinação de recursos para a ampliação do Auxílio Gás está de acordo com a Lei nº 14.237, de 2021, que prevê o bônus de assinatura como possível fonte do benefício.

O outro projeto, que também deve ser votado hoje, propõe uma conta para estabilização dos preços do petróleo e promove mudanças na política interna de preços.

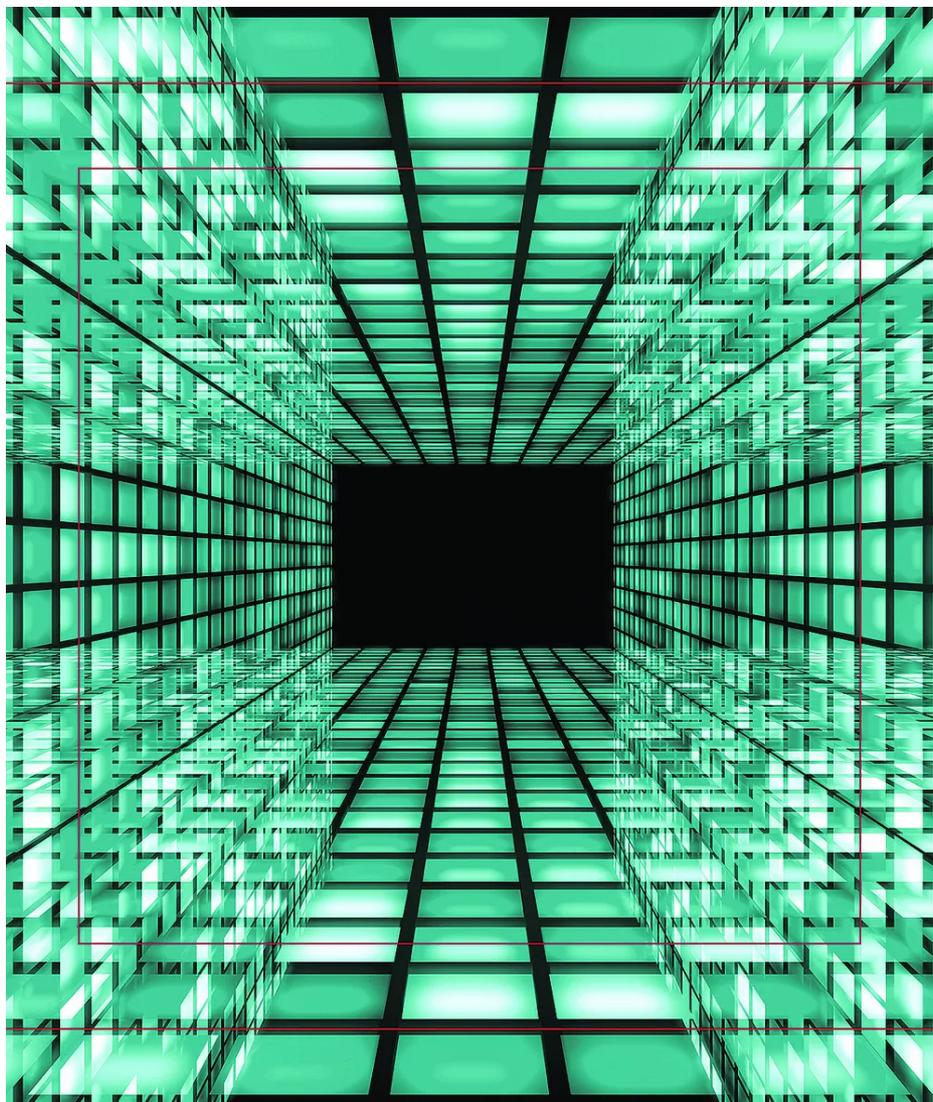
# Os resultados fiscais de 2021 e o que esperar daqui pra frente

As tentativas de realizar novas desonerações podem piorar as projeções

Por **Guilherme Tinoco**

16/02/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

---



— Foto: Gerd Altmann por Pixabay

Os números fiscais de 2021, divulgados na semana passada, foram muito bons, especialmente dado o que se projetava no início do ano. O resultado primário do governo central, por exemplo, mostrou um déficit de R\$ 36 bilhões, bem melhor do que o déficit de R\$ 200 bilhões projetado lá atrás. O resultado primário de estados e municípios alcançou R\$ 98 bilhões, um dos melhores resultados da série, e fez com que o resultado primário do setor público consolidado tivesse um valor positivo depois de 7 anos no vermelho. Por fim, os indicadores de dívida recuaram significativamente, destacando-se a redução de dívida bruta de 88,6% para 80,3% do PIB e da dívida líquida de 62,5% para 57,3% do PIB.

Embora indiscutivelmente sejam números positivos, os determinantes desses resultados e principalmente as perspectivas são menos empolgantes. Os resultados primários (da União e dos entes subnacionais) foram fruto principalmente de uma arrecadação fortíssima, baseada no crescimento econômico, mas também na alta generalizada de preços: IPCA, atacado, commodities, câmbio, combustíveis e energia elétrica. Além disso, pelo menos no caso do governo federal, a receita contou com vários componentes extraordinários, como pagamentos relativos a 2020, fatores atípicos no IR, dividendos das estatais bem acima da média e devolução do Pronampe. Do lado do gasto, o teto ajudou a segurar as despesas da União, mesmo com o ainda significativo volume de créditos extraordinários, enquanto a Lei Complementar 173 limitou o gasto com pessoal dos governos subnacionais.

## **Importante lembrar que não há trajetória benigna das contas públicas sem crescimento econômico sustentado**

Assim, pode-se dizer que os resultados primários do ano passado foram fruto da combinação de uma receita pujante com despesas mais contidas em todas as esferas federativas.

No caso da redução da dívida, de mais de 8 pontos percentuais, os determinantes foram não só esse resultado primário positivo, mas também as devoluções de recursos do BNDES e,

especialmente, a elevadíssima alta do PIB nominal, acima de 16%. Com o PIB no denominador da relação, esse aumento tão impressionante conteve a relação Dívida/PIB e foi, sem dúvidas, o principal determinante para a queda da fração. Como sabemos que o crescimento real provavelmente ficou abaixo de 5%, isso significa que a alta de preços (deflator do PIB) fez a maior parte do serviço.

Passando agora para as perspectivas, o fato é que, infelizmente, o cenário é bem mais sombrio. Primeiro, porque, mesmo com a queda em 2021, a dívida bruta ainda está acima de 80% do PIB, um valor elevado para países emergentes. Há que se lembrar que estamos 6 pontos percentuais acima do observado antes da pandemia, quando a dívida já era percebida pelo mercado como elevada. Segundo, por conta da trajetória futura, como explicamos a seguir.

A trajetória da dívida depende fundamentalmente de resultados primários, custo de financiamento (juros) e PIB. Começando pelo último, as projeções de mercado indicam um crescimento perto de zero em 2022 e, para frente, nada que empolgue muito: não ultrapassa 2% em um horizonte relevante. No caso dos juros, a elevação da taxa Selic, juntamente com uma curva de juro mais elevada, vem pressionando a gestão e o custo de financiamento da dívida. E, fechando com o primário, o próprio comportamento mais fraco do PIB, bem como a ausência de fatores atípicos e extraordinários que impulsionaram a receita de 2021, impedirão uma arrecadação tão robusta como no ano passado, enquanto as despesas federais estarão maiores, dada a alteração no teto de gasto. As despesas estarão também cada vez mais pressionadas, refletindo, dentre outras coisas, a inflação de dois dígitos de 2021. As demandas por reposição salarial, a nível federal e subnacional, por exemplo, deverão se intensificar. Em suma, há piora nos três principais determinantes da dívida, o que implica em uma trajetória de alta por alguns anos antes de haver chance para estabilização ou queda.

Fora isso, há que se chamar atenção para a deterioração institucional do arcabouço das finanças públicas. A alteração oportunística no teto de gasto, realizada no apagar das luzes de 2021, feriu a nossa regra fiscal mais importante, deixando uma

interrogação para o futuro, além de colocar um viés de alta nos gastos públicos federais. A mudança na regra de pagamento de precatórios, também realizada no fim do ano passado, pode criar uma contabilidade paralela para uma dívida que aumentará em bola de neve. As tentativas de realizar novas desonerações, mesmo com as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estão ocorrendo, agora com o foco em combustíveis, e podem piorar as projeções de resultado primário. As perspectivas de revisão de antigas desonerações, previstas na tão comemorada (e pouco útil) PEC emergencial, nunca se realizaram e nem parecem estar mais na agenda federal. A questão das emendas do relator também é preocupante, seja do ponto de vista da transparência e do bom funcionamento da democracia, seja do ponto de vista da eficiência do gasto público.

Dessa forma, não podemos nos iludir com os resultados fiscais de 2021. Foram bons e melhores do que o esperado no início do ano, mas os desafios na área fiscal seguem presentes, tanto em relação aos números propriamente ditos, que terão tendência de piora, quanto no aspecto do arcabouço institucional, que sofreu estragos recentes e deverá ser recolocado de pé, abrindo margem para mudanças que não necessariamente andarão na direção correta. Por fim, vale reforçar o quão preocupante é, também para as contas públicas, a já comentada perspectiva de baixo crescimento, pois, sempre importante lembrar, não há trajetória benigna das contas públicas sem crescimento econômico sustentado. Assim, para os próximos anos, teremos, não só que resgatar o arcabouço de regras fiscais e sua credibilidade, como também precisaremos, urgentemente, reencontrar o caminho do crescimento.

**Guilherme Tinoco é mestre em economia pela Universidade de São Paulo**

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Método infalível para crescer na carreira**

DESCOMPLICA PÓS

# Precificação da Eletrobras divide opiniões

Processo de privatização terá outra etapa dia 22 com assembleia de acionistas da companhia

Por Rafael Rosas, Gabriela Ruddy e Rafael Bittencourt — Do Rio e Brasília

16/02/2022 05h01 · Atualizado há 2 horas

A aprovação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da primeira fase dos estudos técnicos para o **processo de privatização da Eletrobras** dividiu especialistas ouvidos pelo **Valor**. O processo foi aprovado com seis votos favoráveis e apenas um contrário.

- **Leia também:**
- **TCU desconsidera falha e aprova valor de venda para Eletrobras**
- **Energia cara puxa investimentos em projetos de eficiência energética**

Para Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a aprovação foi positiva e tirou uma "barreira da frente". Ele se mostra otimista com a concretização da privatização ainda este ano, mas acredita que o prazo perseguido pelo governo, de terminar o processo em maio, é muito otimista. Santana acredita que a estatal estará privatizada em junho ou julho.

"Acho o cronograma de maio muito difícil. O TCU tem que aprovar ainda a modelagem de venda. Mas acho que junho e julho sim, é possível", afirma Santana. De acordo com o ex-diretor da Aneel, o TCU entendeu corretamente que não havia erro no cálculo do valor da outorga. Conforme o **Valor** mostrou este mês, o ministro Vital do Rego havia apontado um erro de cálculo nos valores. Ontem, o ValorPRO revelou que a outorga deveria ser de R\$ 57,2 bilhões e não de R\$ 23,2 bilhões.

Santana alega que o equívoco estava não estava nas contas dos técnicos do TCU, mas do ministro revisor Vital do Rego. Para o ex-diretor do órgão regulador, havia um "futurismo" ao se tentar calcular o preço da energia para além de 2033. Ele diz que a descotização das usinas da estatal não deverá ser um problema, já que, afirma Santana, apenas um terço delas são por cotas, com as demais já no mercado livre. "Quase tudo está no ambiente livre: Tucuruí, Itumbiara, Sobradinho. Essas todas nunca estiveram em cotas, sempre foram do mercado livre", diz.

O atual modelo de privatização da Eletrobras foi inspirado no desenho concebido ainda no governo Michel Temer, quando o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Paulo Pedrosa ocupava o posto de secretário executivo do Ministério de Minas e Energia. Ele é crítico ao modelo de venda do controle da estatal. Segundo ele, os chamados "jabutis" aprovados pelo Congresso vão provocar o aumento de custo para os consumidores e capturam parte dos ganhos comerciais para cobrir despesas com encargos na conta de luz, via transferências à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Com o avanço da análise no TCU, Pedrosa avalia que a operação poderá trazer pelo menos parte dos efeitos que considera benéficos para o país. "O custo da privatização já está definido, com os jabutis e a destinação da CDE. Essa água já passou pela turbina. Então, agora, o melhor caminho é avançar no processo, descotizando a energia e ganhando um novo player com vontade de competir no nosso mercado", disse ele, que hoje é presidente-executivo da Associação de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace).

Roberto D' Araujo, do Instituto de Desenvolvimento do Setor Elétrico (Ilumina), questiona a forma como se dá a privatização: "Estamos discutindo a privatização [da Eletrobras] com base em números financeiros sem discutir a estrutura do modelo do setor elétrico, que está defasado, não pode mais ser o modelo do passado", diz D' Araujo. "O problema todo é que as contas são feitas em modelagem

equivocada. Ninguém pode apostar que a garantia física [associada a cada usina geradora] esteja certa.”

A razão, diz, é que a composição do sistema elétrico, em termos de fontes, não é a mesma uma vez que foram incorporadas muitas termelétricas ao parque hidrelétrico. “Isso muda a composição de custos marginais”, diz. Na visão dele, o modelo de precificação do setor elétrico brasileiro está “errado”. Diz que o valor da Eletrobras está “equivocado” porque cerca de 30% da empresa vende energia barata ainda como reflexo da MP 579, no governo de Dilma Rousseff.

David Zylbersztajn, professor da PUC-Rio e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), elogiou a decisão do TCU e afirmou que o mercado ajusta o processo de licitação com uma oferta pública: “Não existe caro ou barato. Quando faz um leilão, há uma convergência com a precificação de mercado”, ressalta. Ele não vê irregularidades nos preços sugeridos nos estudos do MME aprovados pelo TCU e acredita que a estatal deve ser privatizada este ano.

Na semana que vem, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da Eletrobras, agendada para terça-feira, vai debater a privatização da empresa. O edital prevê a deliberação sobre os valores finais da operação. Todos os itens da pauta precisarão ser aprovados, sem exceção, para que a privatização possa avançar.

O sócio do Souto Correa Advogados e especialista em energia Fábio Di Lallo, diz que o fato de o TCU ter cogitado possível necessidade de mudança nos preços finais da outorga pode levar a questionamentos de acionistas na AGE. “Os acionistas devem poder se debruçar sobre valores concretos, não sobre algo que possa ser modificado”, aponta.

Fontes que preferem não se identificar dizem que há forte pressão no governo para que o processo avance conforme o calendário previsto, dado que é uma pauta considerada positiva para a equipe econômica.

Questionada sobre possíveis mudanças na AGE, a Eletrobras respondeu em nota que novas informações nesse sentido serão comunicadas formalmente ao mercado. A empresa também não comentou a decisão do TCU de aprovar o valor de outorga.

“A aprovação do TCU abre tremendo espaço para o governo seguir com a privatização. A vitória de hoje [ontem] traz a expectativa de conclusão do processo entre março e abril”, disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. Ele diz que a segunda

fase de análise do tribunal, que envolve a emissão de novas ações da Eletrobras para diluir o controle da União, será “desafiador”. Pires afirma que a decisão de ontem do órgão de controle, com o placar de 6 a 1, trouxe um novo ânimo. “No ano passado, o pedido de vista do ministro Vital do Rêgo gerou pessimismo. Achávamos que a privatização neste início de ano havia ficado complicada”, disse. “Agora, eu acho que o governo vai conseguir”, completou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Você tem \$500 para investir?**

EASY TRADING

Saiba mais

LINK PATROCINADO

**Depilador elétrico a laser: Chega de métodos doloridos para remover pelos.**

LASER DEPIL™

LINK PATROCINADO

**Suíços criam óculos de grau ajustável e atrapalham vendas de óticas**

FOCUS+

LINK PATROCINADO

**90 dias para começar a pagar!**

MERCEDES-BENZ VANS

---

**Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"**

UM SÓ PLANETA

**Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil**

UM SÓ PLANETA

**Lula lidera com 45%, seguido por Bolsonaro, com 23%, mostra Genial/Quaest**

VALOR INVESTE

Ver comentários

---

## Mais do Valor Econômico

**EUA avaliam novas ferramentas para combater práticas comerciais injustas da China**

“As políticas e práticas da China desafiam a

# Relator sugere ampliar vale-gás para 11 milhões de beneficiados

Jean Paul Prates também estendeu a gasolina no rol de combustíveis com cobrança “monofásica” de ICMS

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

16/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



Jean Paul Prates: petista também estendeu a gasolina no rol de combustíveis com cobrança “monofásica” de ICMS — Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou ontem a versão final do seu parecer para o projeto que trata de instituir a cobrança monofásica do ICMS sobre os combustíveis. Após receber o apelo de vários líderes, o petista decidiu incluir a gasolina, junto do diesel e do biodiesel, no rol de combustíveis que poderão ser cobrados de forma monofásica nos Estados - quando a carga tributária é aplicada uma única vez na cadeira produtiva, sem efeito cascata. Além disso, o texto trouxe novidades em relação ao “vale-gás”, programa de subsídio para a compra do botijão de GLP, o gás de cozinha. Jean Paul Prates sugeriu ampliar o atendimento do programa para 11 milhões de famílias em 2022, o que pode elevar seu orçamento para R\$ 1,9 bi.

A cobrança monofásica do ICMS está prevista no bojo do projeto de lei complementar (PLP) 11, de 2020, que consta da pauta do Senado nesta quarta-feira. A proposta é um dos itens que integram o chamado “pacote de combustíveis”, discutido há algumas semanas pela Casa.

O outro texto que também pode ser apreciado hoje e está no mesmo pacote é projeto de lei 1472, do ano passado, que altera a política de preços de combustíveis da Petrobras. Ainda não está claro se ambos serão discutidos e votados no mesmo dia. A tendência, dizem as fontes, é que a mudança na política de preços da Petrobras tenha mais consenso entre os senadores. Com isso, a cobrança monofásica do ICMS poderia ser discutida em outra oportunidade.

A inclusão da gasolina entre os combustíveis que podem ter cobrança monofásica aconteceu após uma reunião de líderes realizada na segunda-feira, quando as bancadas discutiram as mudanças implementadas pelo relator. “Com a implantação da nova sistemática, haverá ganhos de eficiência, redução de fraudes, desburocratização do setor e trilha rumo à simplificação desejada por meio da reforma tributária”, explicou o senador petista.

Por outro lado, Jean Paul decidiu rejeitar a imposição de um teto para cobrança do ICMS, como havia sido aprovado pelos deputados. O texto dele determina também que as alíquotas serão uniformes em todo o território nacional e terão de ser definidas mediante deliberação entre os Estados e o Distrito Federal. Os governadores ainda poderão optar por uma alíquota “ad rem”, quando a cobrança do ICMS é feita a partir de um valor fixo por litro, em vez do modelo atual, “ad valorem”, que utiliza um percentual sobre o valor do preço.

No caso do vale-gás, o relator optou por dobrar a meta de atendimento em relação aos valores originalmente aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA). Isso significa que, se o projeto for aprovado, 11 milhões de famílias terão de ser beneficiadas com o subsídio. “Indicamos como fonte para essas despesas os recursos arrecadados com os bônus de assinatura dos campos de Sépia e Atapu que,

excluindo-se os valores destinados aos entes subnacionais, somam R\$ 3,4 bilhões. Além disso, o projeto prevê a possibilidade de uso de outras fontes”, argumentou o senador.

A princípio, Jean Paul não pretende incluir no texto do PLP 11 qualquer desoneração do diesel, como vem pedindo, por exemplo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Segundo ele, a redução de impostos federais sobre os combustíveis precisa ser capitaneada pelo governo Jair Bolsonaro por meio da apresentação de uma emenda. Caso isso aconteça, ele promete avaliar a possibilidade de aceitar esta modificação.

No caso do projeto que altera a política de preços de combustíveis da Petrobras, o PL 1472, o principal foco de divergência é a criação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto. A ideia desagradou alguns partidos no Senado, incluindo o PSD, do líder Nelsinho Trad (MS), que decidiu apresentar uma emenda para retirar este dispositivo do parecer de Jean Paul.

O próprio governo já manifestou contrariedade com o imposto. Isso porque a equipe econômica enxerga o tributo como um obstáculo para novos investimentos no país. Trad adotou argumento parecido. “A criação de um novo tributo incidente sobre a exportação de petróleo bruto traz grande insegurança jurídica, com potencial para desestimular potenciais investidores a aplicarem seus recursos no Brasil na área de exploração e produção de petróleo e gás natural”, argumentou o líder do PSD.

A ideia do novo imposto surgiu como forma de custear um programa de equalização de preços. Nas contas do relator, são necessários R\$ 25 bilhões em recursos, por ano, para garantir uma redução de aproximadamente R\$ 1,50 no preço final do combustível. “As receitas [do programa de equalização] não dependem só desse imposto, colocamos mais cinco fontes [para custear o programa”, minimizou o senador petista.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

**Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador**

PEN DRIVE

# Economia quer que Câmara ignore texto do Senado

Equipe econômica quer impedir que proposta de petista para mudar ICMS de combustíveis seja aprovada

Por Daniel Rittner, Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta — De Brasília

16/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A equipe econômica considerou ruim o relatório do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para o projeto de lei complementar que altera a metodologia de cobrança do ICMS sobre combustíveis e aposta agora em uma nova estratégia: independentemente do resultado da votação no Senado, quer a retomada do texto originalmente aprovado pela Câmara dos Deputados, que precisará analisar novamente o PLP 11/20 caso ocorra qualquer alteração.

Paralelamente, o Ministério da Economia acredita que haverá uma resposta negativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à consulta iniciada pelo governo, na segunda-feira, sobre as duas propostas de emenda constitucional (PECs) dos combustíveis.

A Advocacia-Geral da União (AGU) - junto com a Casa Civil e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - questionou o TSE sobre os limites da legislação eleitoral para medidas do Executivo e do Legislativo a fim de reduzir o preço dos combustíveis. Para o ministro Paulo Guedes e seus auxiliares, um eventual posicionamento contrário do TSE seria conveniente. Eles veem as duas PECs como contraproduativas. Avaliam que a proposta do Senado, apelidada de "PEC Kamikaze" por ter custo fiscal estimado em até R\$ 120 bilhões, criaria uma percepção extremamente ruim no mercado - resultando em alta do dólar e aumentando os preços dos combustíveis.

A principal crítica da equipe econômica ao relatório de Prates, no Senado, se dirige à ampliação do programa Vale-Gás. O texto eleva

para 11 milhões o número de famílias atendidas, o que representa um gasto adicional de R\$ 1,9 bilhão. A proposta dobra o valor previsto para o programa até agora. Segundo fontes, não há espaço no Orçamento da União para acomodar esse gasto extra.

Como mostrou o **Valor** na última segunda-feira, o time de Guedes estima que estejam faltando perto de R\$ 7 bilhões para cobrir as despesas já previstas. Assim, não há espaço para ampliar programas, como o proposto pelo senador. A parte que trata da tributação dos combustíveis praticamente não muda a situação atual, avalia-se no Ministério da Economia. Isso porque o substitutivo de Prates deixa a cargo dos governadores a decisão de adotar mudanças como, por exemplo, trocar a forma de tributação de um percentual sobre preços para um valor fixo, como defende o presidente Jair Bolsonaro.

A proposta não trata de mudanças no PIS/Cofins sobre combustíveis. A desoneração desse tributo sobre o diesel, se adotada, traria uma perda de arrecadação de R\$ 18 bilhões deste ano.

O aumento da gasolina e do diesel, além da energia elétrica, foi um dos principais vilões da inflação em 2021 - que fechou pouco acima de 10%. Em 2022, as previsões do mercado para o IPCA já ultrapassaram o patamar de 5%, teto da meta para o ano, e têm piorado nas últimas semanas. O temor do governo é que, com as tensões entre Rússia e Ucrânia, o petróleo se mantenha perto de US\$ 100 por barril e cause novas altas dos combustíveis. O relatório de Prates ainda pode ser alterado até hoje, quando deve ser colocado em votação. Mas cogita-se o adiamento da análise no plenário do Senado para a próxima semana.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

# Encontro de contas com precatórios sai em março

Uso de crédito para pagar dívidas com a União e impostos será regulamentado

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

16/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas

---



Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB: “Está todo mundo em compasso de espera” — Foto: Divulgação

A equipe econômica trabalha para concluir, até meados de março, uma proposta de regulamentação para o encontro de contas dos precatórios da União.

A chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, já aprovada e promulgada, prevê que será possível a uma pessoa ou empresa que tenha valores a receber da União utilizar esses créditos para pagar impostos, quitar dívidas com o governo federal, comprar imóveis do patrimônio público ou ações de empresas estatais, entre outros.

Os precatórios poderão também ser usados para pagar taxas de outorga nos contratos de concessão em infraestrutura do governo federal. Há pedidos para que essa possibilidade seja incluída nos novos editais de leilão em elaboração pelo governo, disse uma fonte.

No momento, técnicos analisam, por exemplo, como tratar o encontro de contas do ponto de vista contábil.

Estados e municípios são candidatos a utilizar precatórios para quitar as dívidas que têm com o Tesouro Nacional. Os pagamentos que os entes subnacionais fazem regularmente à União são contados como receita financeira. No entanto, o pagamento de precatórios seria uma despesa primária, ou seja, estará numa parte das contas públicas que não considera juros e dívida.

Assim, o encontro de contas pioraria o saldo primário e passaria uma ideia de deterioração fiscal por causa dessas operações, quando na realidade estaria ocorrendo uma limpeza nos balanços.

No caso do uso em concessões, há dúvida quanto aos critérios. Por exemplo, se será ou necessário demonstrar que a operação é vantajosa para a administração federal.

A pressa em regulamentar o encontro de contas de precatórios é grande, disse o presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no triênio 2019-2022, Eduardo Gouvêa.

Por causa da pandemia, as empresas estão muito endividadas e a possibilidade de utilizar esses créditos poderia trazer alívio. “Está todo mundo em compasso de espera”, afirmou.

Ele estranha a demora na regulamentação, depois de a emenda constitucional dos precatórios ter sido aprovada “a toque de caixa” pelo Congresso Nacional.

Para o especialista, é importante que a regulamentação seja bem feita, para não “atrapalhar” as operações. Precisar estabelecer com clareza como ocorrerá o processo de encontro de contas, os requisitos para se solicitar a compensação, quais os descontos a serem aplicados.

Experiências malsucedidas de mecanismos semelhantes adotados por governos estaduais mostram que é importante não restringir o que está autorizado, disse. “É se ater ao que a Constituição previu”, recomendou.

As regras aprovadas no fim do ano passado estabelecem que precatórios da União de valor superior a R\$ 66 milhões poderão ser parcelados em até dez vezes, com uma primeira parcela paga à vista. Também estabeleceu um “subteto” para gastos com precatórios, que é de 2,6% das receitas correntes líquidas da União. Precatórios de menor valor serão pagos à vista. Os parcelados são os principais candidatos a serem utilizados em encontros de contas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

**Quem não se especializar, corre risco na carreira.**

DESCOMPLICA PÓS

LINK PATROCINADO

**Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador**

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

# EUA avaliam suspender imposto sobre gasolina para conter a inflação

Por Reuters — De Washington

16/02/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

---

A Casa Branca e os líderes democratas do Congresso dos EUA estão avaliando uma pausa na cobrança de impostos federais sobre a gasolina, para ajudar a compensar o aumento dos preços, informou ontem o “The Washington Post”.

Citando fontes não identificadas, o “Post” disse que os líderes democratas no Senado estão discutindo a ideia e a Câmara dos Deputados também demonstrara interesse em um chamado “recesso federal” para amenizar os preços da gasolina para os consumidores.

“Todas as ferramentas para reduzir os preços estão sobre a mesa”, disse a Casa Branca em nota. O presidente Joe Biden já liberou 50 milhões de barris do estoque estratégico de petróleo do país.

O senador Mark Kelly e um grupo de cinco outros democratas do Senado propuseram na semana passada a suspensão temporária até o fim do ano, do imposto federal de 18,4% sobre o galão (3,78 litros) de gasolina. Kelly iria apresentar a proposta a outros democratas em reunião prevista para ontem, disse uma fonte.

Nos últimos dias, os preços do petróleo atingiram o maior nível em sete anos, devido em parte à ameaça de um conflito entre a

Ucrânia e a Rússia, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, em meio ainda a um equilíbrio apertado entre oferta e demanda.

A rápida escalada dos preços do petróleo e outras commodities e bens de consumo está ajudando a elevar a inflação nos EUA, em meio à pandemia de covid-19. Isso preocupa os congressistas americanos. Os EUA terão eleições para o Congresso em novembro

Dados divulgados na semana passada mostraram que os preços ao consumidor nos EUA tiveram o maior aumento anual em 40 anos.

O Índice de Preços ao Produtor nos EUA (PPI, na sigla em inglês) subiu 1% em janeiro, segundo informou ontem o governo. O resultado ficou acima da previsão de analistas, de alta de 0,5%, e veio após aumento de 0,4% em dezembro. O núcleo do PPI, que exclui alimentos e energia, subiu 0,8%, também acima da previsão, de 0,4%. Na base anual, o PPI subiu 9,7% em janeiro; já o núcleo subiu 6,9%.

A gasolina no país custa em média US\$ 3,49 o galão hoje, contra US\$ 2,50 de um ano atrás, segundo dados divulgados ontem.

O Conselho Econômico Nacional da Casa Branca está analisando a ideia, segundo confirmou uma fonte à Reuters, acrescentando que as discussões continuam no Congresso. O debate reflete alguns esforços de Estados para também suspender impostos estaduais sobre a gasolina neste ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

**Pen Drive de 2tb chega em Salvador por menos de R\$150**

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

# Ex-presidente interfere em aliança na Bahia

Pré-candidato petista afasta rumores sobre desistência e diz que impasse está na definição do candidato ao Senado, em vaga disputada por PP e PSD

Por Cristiane Agostine — De São Paulo

16/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se ontem com o pré-candidato do PT ao governo da Bahia, senador Jaques Wagner, para discutir sobre um eventual recuo do partido no Estado, com a desistência da candidatura própria para apoiar o senador Otto Alencar (PSD). O governador da Bahia, Rui Costa (PT), e Otto Alencar também participaram do encontro, em São Paulo. Depois da reunião, Wagner negou os rumores sobre a retirada de sua pré-candidatura e disse que continua na disputa estadual.

A eventual desistência do PT para apoiar o PSD no quarto maior colégio eleitoral do país seria um aceno ao partido comandado pelo ex-ministro Gilberto Kassab, em meio a negociações para que o PSD apoie a pré-candidatura de Lula à Presidência já no primeiro turno. O ex-presidente petista tem negociado um acordo com Kassab e ontem reuniu-se também com outra liderança do PSD, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em São Paulo.

Depois do encontro com Lula, Wagner evitou a imprensa e disse que o cenário eleitoral não mudou na Bahia. “Serei candidato”, disse, ao sair da reunião com o ex-presidente, negando que pretende desistir ou que o ex-presidente tenha pedido para que ele saia da disputa estadual. Segundo o senador, o impasse estaria na montagem da chapa para disputar uma vaga no Senado, já que Otto Alencar quer tentar um novo mandato e o vice-governador João Leão (PP) também deseja concorrer ao Senado. “Estamos discutindo como é que monta a chapa”, disse Wagner à imprensa.

Pelo Twitter, o senador petista procurou afastar os rumores de uma eventual desistência. “Nosso objetivo é fortalecer a unidade do grupo para ganharmos mais uma vez na Bahia e com Lula. O quadro continua o mesmo, com minha pré-candidatura ao governo e o desejo de Otto [Alencar] e [João] Leão de disputarem o Senado”, afirmou.

O governador Rui Costa não deve concorrer nestas eleições, segundo Wagner, e deve ficar até o fim do mandato, em dezembro. João Leão, vice-governador e uma das lideranças nacionais do PP, almejava ser candidato ao governo, mas negocia a composição com o PT no Estado.

O PT comanda a Bahia há quatro gestões consecutivas. Ex-governador por dois mandatos, sucedido por Costa, Wagner enfrenta dificuldades nas pesquisas de intenção de voto, que indicam a liderança do ex-prefeito ACM Neto (União Brasil). Segundo pesquisas locais, ACM Neto poderia vencer no primeiro turno.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

**O jogo mais viciante do ano!**

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

**Você tem \$500 para investir?**

EASY TRADING

Saiba mais

LINK PATROCINADO

**Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas**

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

**Suíços criam óculos de grau ajustável e atrapalham vendas de óticas**

FOCUS+

LINK PATROCINADO

**Depilador elétrico a laser: Chega de métodos doloridos para remover pelos.**

LASER DEPIL™

LINK PATROCINADO

**Pequena entrada!**

MERCEDES-BENZ VANS

---